



Os partidos populistas de direita radical e a “ideologia de género”: o caso do Chega

Marco André Matos Esteves

Braga, Abril de 2022



Marco André Matos Esteves

Os partidos populistas de direita radical e a “ideologia de género”: o caso do **Chega**

Dissertação de Mestrado em Ciência Política

Trabalho realizado sob a orientação do(a) Professor(a):

Professor Doutor Pedro Miguel Páscoa Santos Martins

Professora Doutora Sandrina Ferreira Antunes

Braga, Abril de 2022

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos. Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada. Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.



Atribuição
CC BY

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Agradecimentos

Gostaria primeiramente de agradecer a Deus, porque sem ele nada disto seria possível. A seguir gostaria de agradecer à minha família que me apoiou neste percurso ao longo de 5 anos e tudo fez para que chegasse até esta etapa final. Gostaria também de agradecer à Marta, Mariana e Sandra pelo apoio dado ao longo do tempo em que esta dissertação foi feita assim como à Filipa e à Inês pelas tardes de fim de semana e algumas noites no e-learning da Asprela a fazer a tese. O meu agradecimento também à Sú que sempre acreditou em mim e que me deu um incentivo quando foi necessário. À minha madrinha Lídia que me aturou estes últimos 5 anos e que esteve lá para mim quando precisei. E por fim, aos meus orientadores por todo o apoio prestado durante a realização desta dissertação.

A todos eles o meu muito obrigado.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração. Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Resumo

A base dos estudos de género consiste na crença de que o género não é biológico, mas sim uma construção social. Esta crença tem sido contestada pelo Vaticano e grupos e movimentos religiosos e conservadores. A este grupo de opositores juntam-se também os partidos populistas de direita radical que nos últimos anos têm subido nas intenções de voto dos indivíduos dos vários países da Europa, tendo em alguns casos ganho representação parlamentar e noutros chegado mesmo ao poder.

Em Portugal o populismo de direita radical nunca tinha tido grande expressão até ao ano de 2019, em que foi eleito o primeiro deputado do partido Chega. Este partido opõe-se à chamada “ideologia de género”, tendo proposto medidas que pretendiam acabar com esta mesma “ideologia”.

O principal objetivo deste trabalho é perceber como é que o Chega perceciona a “ideologia de Género” e se o seu modo de a encarar é semelhante ao aos restantes partidos de direita radical populista ou se existem algumas diferenças. Para tal, irá-se recorrer a uma análise quantitativa e qualitativa de documentos oficiais do partido assim como entrevistas, discursos e intervenções no parlamento por parte do seu líder desde o período de fundação do partido em 2019 até à atualidade.

As conclusões retiradas mostram-nos que o Chega, em certos aspetos, como o modo de encarar a família e o aborto se aproxima da dos seus congéneres europeus, mas nas questões da igualdade de género e LGBTI o partido já tem conceções que se podem considerar diferentes e de algum modo únicas.

Palavras-chave: Chega; género; ideologia de género; populismo de direita radical;

Summary

The basis of gender studies is the belief that gender is not biological, but a social construction. This belief has been challenged by the Vatican and religious and conservative groups and movements. This group of opponents is also joined by the radical right populist parties that in recent years have risen in the voting intentions of individuals from various European countries, having in some cases gained parliamentary representation and in others even come to power.

In Portugal, radical right-wing populism had never had much expression until 2019, when the first deputy of the Chega party was elected. This party opposes the so-called “gender ideology”, having proposed measures that end this same “ideology”.

The main objective of this work is to understand how Chega perceives the “gender ideology” and if its way of seeing it is similar to the other populist radical right parties or if there are some differences. To this end, a quantitative and qualitative analysis of official party documents will be used, as well as interviews, speeches and interventions in parliament by its leader from the party's founding period in 2019 to the present day.

The conclusions drawn show us that Chega, in certain aspects, such as the way of viewing the family and abortion, is similar to its European counterparts, but on issues of gender equality and LGBTI the party already has conceptions that can be considered different and of different nature. somehow unique.

Keywords: Chega; gender; gender ideology; radical right-wing populism;

Índice

Introdução.....	12
Contextualização e Pertinência	12
Estado da Arte e Contributo para a Literatura.....	15
Objetivos e perguntas de investigação	24
Metodologia	24
Capítulo1: Direita Radical VS Extrema Direita.....	26
Capítulo 2: As direitas antissistema e a “ideologia de género”	33
2.1: O Conceito de Género.....	33
2.2: A “ideologia de género”	37
2.3: A “ideologia de género” e o Populismo de Direita Radical.....	40
2.4: Igualdade de Género	43
2.4.1: A família.....	57
2.4.2: O aborto.....	58
2.5: A questão LGBTI	60
2.5.1: A “propaganda LGBTI”	61
2.5.2: O casamento	62
2.5.3: A adoção	63
Capítulo 3: Apresentação e discussão dos resultados	64
3.1: Apresentação dos dados.....	65
3.2: Discussão dos dados	73
3.2.1: Igualdade de Género	73
3.2.1.1: A família.....	75
3.2.1.2: O aborto.....	77
3.3: A questão LGBTI	78
Conclusões.....	80
Referências Bibliográficas	88
Anexos	95

Índice de Anexos

Anexo 1: Manifesto Político do Chega.....	96
Anexo 2: Manifesto para as Eleições Europeias de 2019.....	97
Anexo 3: “70 medidas para reerguer Portugal”	98
Anexo 4: Programa Político de 2021	99
Anexo 5: “100 medidas para reerguer Portugal”	100
Anexo 6: Programa Legislativas 2022	102
Anexo 7: Discurso VII Concelho Nacional.....	103
Anexo 8: Intervenção no Parlamento	105
Anexo 9: Entrevista ao Jornal SOL.....	106
Anexo 10: Entrevista à Kuriakos TV	107

Índice de Tabelas

Tabela 1: Referências à “Ideologia de Género”, Igualdade de Género e questões LGBTI.....	65
Tabela 2: Referências à igualdade de género em si, família e aborto.....	67
Tabela 3: Referências ao aborto.....	68
Tabela 4: Referências à família.....	70
Tabela 5: Questões LGBTI.....	72

Lista de Abreviaturas

CD- Centrum Democraten- Centro Democrático CH- Chega

CP- CentrumPartij- Partido do Centro

DFP-Dansk Folkeparti- Partido Popular Dinamarquês

FD- Fidez

LDD- Libertarian, Direct, Democratic- Libertário, Direto, Democrático

LPF- Lista Pim Fortuyn- Lista Pim Fortuyn

PiS- Prawo i Sprawiedliwość- Partido Lei e Justiça

PVV- Partij voor de Vrijheid- Partido da Liberdade

VB- Vlaams Belang- Interesse Flamengo

Introdução

Contextualização e Pertinência do tema

No âmbito dos estudos contemporâneos sobre as questões de género e também em movimentos cívicos e políticos, tem-se afirmado a ideia de que o género não é biológico, mas sim uma construção social. Para os defensores desta visão, não existe apenas o género masculino e feminino, mas sim uma grande variedade de géneros.

Contudo esta perspetiva tem sido contestada, nomeadamente pelos partidos e movimentos de direita e pela Igreja Católica, e encarada, num sentido crítico, como uma “ideologia de género”, isto é, uma construção ideológica enviesada e inadequada do ponto de vista natural e social. Neste contexto, um dos seus temas mais focados e contestados é o conceito de identidade de género que diz que o género dos indivíduos depende da sua identidade e da forma como eles se reconhecem como indivíduos. O facto de um indivíduo ter nascido com o órgão sexual correspondente ao sexo masculino e feminino não significa que este se identifique como homem ou mulher respetivamente.

A identidade de género pode ser confundida com a orientação sexual. Enquanto que a primeira se refere ao modo como o indivíduo se vê independentemente do seu órgão sexual e de como a sociedade o encara, o segundo refere-se à sua preferência sexual. Ao contrário das ciências biológicas, as perspetivas conotadas com a “ideologia de género” consideram o género mutável e não limitado. A ideia de que o género é uma construção social e cultural, defendida por autores como Judith Butler no seu famoso livro “Problemas de Género” tem vindo a ganhar terreno no âmbito das ciências sociais e humanas e inspirado movimentos cívicos e partidos políticos. Vários indivíduos e personalidades famosas têm-se assumido como “não binários”, ou seja, não se identificam nem com o género masculino nem com o feminino. Há quem inclusive proponha a adaptação da nossa linguagem para comunicar com estes indivíduos, existindo já workshops que ensinam como comunicar com pessoas não binárias.

Quanto ao impacto político da questão, nos últimos anos, tem-se discutido muito sobre as quotas de género em lugares administrativos em empresas e na própria Assembleia da República, a adoção de crianças por parte de casais homossexuais, o financiamento ou não do estado a operações de mudança de sexo ou a inclusão de questões de género e LGBTQI na disciplina de cidadania nas escolas.

Todavia, esta perspetiva é controversa em todas as suas bases e implicações e tem suscitado um debate intenso a diversos níveis (a nível académico, cívico, político, mediático, etc). O foco do nosso trabalho é obviamente a reação e abordagem dos partidos políticos que se enquadram no chamado “populismo de direita”, sendo o nosso estudo de caso o Chega! Várias razões justificam o interesse e a pertinência desta temática.

Gabriele Dietze e Julia Roth (2020) na introdução do seu livro pioneiro “Right-Wing Populism and Gender: European Perspectives and Beyond” consideram que analisar o aumento e a capacidade de persuasão das tendências populistas de direita não é possível sem uma perspetiva de género. Para as autoras o género é visto como uma “construção social, como prática social, como eixo da desigualdade e como elo dos desenvolvimentos económicos da globalização neoliberal, da pobreza e do estruturalismo” (Dietze e Roth, 2020). O populismo “não se preocupa apenas com o género como uma questão em si, mas também com o género como uma metalinguagem para negociar diferentes condições de desigualdade e poder no contexto das lutas atuais pela hegemonia e pelos recursos forjados pelo neoliberalismo” (*Ibidem*). As autoras também afirmam que pesquisas recentes sobre a “ideologia anti-género” “não são apenas uma questão importante para o populismo de direita, mas podem ser vistas como uma questão generalizada do fenómeno” (*Ibidem*) que luta contra a “ideologia de género”, sendo “uma ferramenta potencial para construir a ideia totalitária de “pessoas como um” (*Ibidem*). A “ideologia anti-género” consiste num conjunto de “políticas que contestam questões relacionadas com o género, identidades e complexidades de género, tendo em vista dificultar a consciência de género e apresentar pejorativamente o conceito

de gênero ou rejeitá-lo completamente” (Gwidza, 2020). As políticas anti-gênero incluem “a proibição do ensino de estudos de gênero e educação sexual, o fim do reconhecimento legal de pessoas transsexuais, a proibição das marchas de orgulho e a introdução de “zonas livres de gênero” (*Ibidem*).

Os partidos populistas de direita como o Chega, para além de estarem a crescer eleitoralmente, chegando em alguns casos ao poder como aconteceu na Hungria e na Polónia, opõem-se firmemente a estas ideias alegando que estas provêm do “marxismo cultural”¹ que se encontra presente sobretudo nas universidades de ciências sociais e humanas. O “marxismo cultural” é apoiado pela esquerda e, segundo os partidos populistas de direita, pretende alterar o que estes consideram como a ordem natural das coisas, por exemplo o papel diferente de homens e mulheres a nível familiar, sexual, a ideia de casamento e família, etc. Assim sendo, torna-se essencial estudar o modo como os partidos populistas, nomeadamente o Chega, encaram estas questões e o que defendem para as resolver.

Os partidos populistas têm sido encarados sobretudo como uma forma de reação contra os efeitos provocados pela globalização e pelo afastamento dos cidadãos dos partidos mainstream do eleitorado. Mas, outro fator que também levou a este crescimento prende-se com os direitos dos indivíduos que são considerados minoritários e ou oprimidos (mulheres, homossexuais, transsexuais e outras etnias). Alguns partidos mainstreans têm dado muito ênfase às questões relacionadas com estas minorias, originando nos cidadãos a perceção (que pode ser falsa ou verdadeira) de que os problemas e preocupações da maioria da população estão a ser esquecidos. Apesar desta perceção (verdadeira ou falsa) por parte dos cidadãos, nos últimos anos, têm surgido vários movimentos a exigir determinados direitos para as várias minorias existentes. Nesta medida, consideramos importante estudar o modo

¹ Todavia, a noção de marxismo cultural, remetendo sobretudo para novas visões da esquerda, se analisada numa perspetiva histórica, doutrinária e ideológica é bastante mais complexa e até contraditória. Os movimentos e partidos aqui focados usam a expressão de uma forma algo sincrética e simplificada. Assim, para clarificar, quando usamos o termo “marxismo cultural” queremos apenas sinalizar a forma como estes partidos e movimentos o usam. Assim, nesta aceção o “marxismo cultural” sustenta que os movimentos e a ideologia de esquerda estão infiltrados nas várias instituições do estado como as de educação, os meios de comunicação social e a cultura, sendo o seu principal objetivo implementar na sociedade as causas progressistas que defendem como as questões de gênero ou a LGBTQI

como partidos populistas de direita como o Chega veem estas questões, uma vez que têm crescido muito eleitoralmente e em alguns casos chegaram ao poder através de maiorias ou coligações como o Chega nos Açores, nas eleições legislativas regionais de 2020.

O tema da “Ideologia de Género” e os partidos populistas de direita é algo que tem sido, até ao momento, pouco investigado a nível internacional. Apesar de existir vasta literatura acerca dos populismos este tema tem merecido pouca atenção. No que toca ao caso português, até prova em contrário, ou com base na informação de que dispomos, o tema ainda não foi contemplado a nível académico, com a profundidade que merece. Tal aspeto reforça o interesse/pertinência desta pesquisa. Mesmo que o tema já estivesse ou esteja a ser estudado este ainda tem muito para oferecer ao campo da ciência política em geral e para o tema do populismo em particular o que justificaria várias pesquisas e dissertações. Ao estudar o modo como os partidos populistas de direita, nomeadamente o Chega, percecionam a “ideologia de género” estamos também a estudar a visão deste partido acerca da família e da sociedade, os papéis dos homens e das mulheres nos vários domínios e o alcance dos direitos/ liberdades individuais face à interferência do estado/ sociedade (a questão do aborto, das minorias de orientação sexual, etc). No caso do Chega em concreto há uma dimensão antiliberal, onde as escolhas dos indivíduos são subordinadas a regras, valores e princípios coletivos.

Estado da Arte e Contributo para a Literatura

O significado do populismo não é consensual. Até à década de 70, a ideia de populismo estava associada ao agrarianismo ou a revoltas “de grupos reacionários, economicamente atrasados, em sociedades em rápida modernização” (Müller, 2017). Nos Estados Unidos o termo populismo é utilizado para e fazer referência a políticas de esquerda “de genuíno igualitarismo em conflito potencial com as atitudes do Partido Democrático” (*Ibidem*), na Europa é utilizado para se referir a atores ou partidos políticos que são xenófobos e anti-imigração e na América Latina ao clientelismo

e à má gestão económica. O populismo também pode ser visto numa outra perspetiva, na qual é identificado com uma determinada classe, nomeadamente a pequena burguesia e os camponeses e lavradores que votam em partidos populistas por terem “medos” (como dos efeitos da modernização e da globalização) ou sentimentos de raiva, frustração e ressentimento por se sentirem esquecidos pelos partidos no poder.

Para Jan-Werner Müller o populismo “é uma particular imaginação moralista da política, uma maneira de entender o mundo político que coloca um povo moralmente puro e totalmente unificado contra as elites julgadas corruptas ou de alguma outra maneira moralmente inferiores” (*Ibidem*). Já Cas Mudde, no seu livro “Populismo: Uma brevíssima introdução”, define o populismo como uma “ideologia de baixa densidade”. O populismo contém uma “morfologia limitada, que surge necessariamente ligada - e por vezes mesmo justaposta - a outras ideologias” (Mudde, 2017). Já para Laclau o facto de o povo ser “um significante vazio” faz com que o populismo se torne numa ideologia e desencadeie fenómenos políticos tão poderosos. O populismo tem a “capacidade de enquadrar “o povo” de um modo que apela a diferentes eleitorados e articula as suas exigências, consegue criar uma identidade partilhada por diferentes grupos e facilitar o seu apoio a uma causa comum” (*Ibidem*).

O populismo tornou-se uma força política relevante na Europa no final da década de 90, surgindo como resposta às transformações que ocorreram nas sociedades europeias a respeito da integração europeia e da imigração. Por todo o continente apareceram partidos populistas, todos eles com diferentes níveis de sucesso político e eleitoral.

Segundo Cas Mudde “as opiniões da ultradireita sobre o género (e sexualidade) são moldadas, antes de mais e acima de tudo, pelo seu nativismo, quer este seja definido em termos étnicos, quer raciais” (Mudde, 2019). Para a Liga Norte as mulheres “têm uma missão social a cumprir no que diz respeito à sobrevivência” (*Ibidem*) da nação italiana. A visão inegalitária acerca dos

papeis do homem e da mulher na esfera doméstica e na sociedade também influencia o modo como o gênero e a sexualidade são vistas pela ultradireita.

Nas ideologias fascistas a ideia da família patriarcal é dominante no âmbito da apologia do seu passado mítico. O passado mítico consiste num “período de glória da nação, com guerras de conquista lideradas por generais patrióticos e exércitos cheios de conterrâneos, guerreiros fisicamente aptos e leais cujas mulheres estavam em casa a criar a geração seguinte” (Stanley, 2019). A família patriarcal é considerada parte das tradições da nação que, nos dias de hoje, é desvalorizada pelo liberalismo e pelo cosmopolitismo. De acordo com Stanley, “o líder da nação é equiparado ao pai na família patriarcal tradicional” (*Ibidem*). Assim como o líder é “o pai da nação, e a sua força e o seu poder são a fonte da sua autoridade legítima”, o pai da família é “a fonte da sua derradeira autoridade moral sobre a mulher e os filhos” (*Ibidem*).

Já as perspetivas dos partidos populistas de direita sobre o papel da mulher na sociedade variam de país para país. Os partidos populistas da Europa Ocidental partilham uma visão “tradicional moderna” das mulheres. As mulheres que trabalham são toleradas e até apoiadas, mas só depois de terem criado os seus filhos. No caso dos partidos dos países nórdicos há uma grande promoção dos direitos das mulheres em prol da maternidade.

Cas Mudde faz a distinção entre três tipos de sexismo presentes nos grupos de ultradireita: o benevolente, o hostil e o ambivalente. O sexismo benevolente considera as mulheres como sendo moralmente puras e fisicamente frágeis. As (boas) mulheres devem ser “adoradas pelos homens, uma vez que são necessárias para completar os homens - através da família heterossexual, o cerne da nação ou da raça” (Cas Mudde, 2019). O sexismo hostil “coisifica e rebaixa as mulheres” (*Ibidem*), sendo estas acusadas de controlarem os homens através da ideologia feminista ou da sedução sexual. Neste tipo de sexismo as mulheres são vistas como sendo “moralmente corruptas e politicamente poderosas” (*Ibidem*). Já o sexismo ambivalente resulta de uma mistura destes dois últimos tipos. O primeiro tipo é enfatizado

nas campanhas dos partidos populistas de direita e o segundo é manifestado pelos dirigentes dos mesmos partidos às mulheres que não correspondem ou não apoiam as suas ideias.

Os partidos populistas de direita mostram uma visão negativa acerca do feminismo. Apesar de os partidos populistas do Norte da Europa serem bastante favoráveis aos direitos das mulheres e elogiarem as primeiras feministas, atualmente, consideram que o movimento foi longe demais afirmando que a igualdade de género já foi alcançada. Por outro lado, dizem que esta igualdade se encontra sob ameaça pelos imigrantes muçulmanos. Já outros partidos populistas veem o feminismo e a homossexualidade como ameaças mortais à nação. O feminismo é acusado de “destruir a família tradicional e, portanto, a sobrevivência da nação” (Cas Mudde, 2019), para além de ser considerado algo estranho à cultura nacional, sendo muitas vezes “retratado como uma “arma” usada por estrangeiros para enfraquecer a nação” (*Ibidem*) que é também ameaçada pelo homossexualismo. Vários líderes e partidos populistas opõem-se firmemente à “agenda homossexual” como Jair Bolsonaro que disse ser incapaz de amar o seu filho caso ele fosse homossexual, preferindo que este morresse num acidente. Em 2018, num caso onde o Supremo Tribunal Polaco deu razão a uma organização LGBTQI contra uma alegada negação de serviços por parte de uma gráfica, o ministro da justiça e disse que o Supremo Tribunal agiu contra a liberdade e como um opressor estatal ao serviço da ideologia homossexual.

Os populistas de direita acusam os movimentos como o feminismo e o movimento LGBTQI pela insegurança sentida pelos seus seguidores. As injustiças e as desigualdades são resultado “das realizações liberais que supostamente levaram ao surgimento de uma elite indigna, ao mesmo tempo que privilegiava os assim percebidos membros mais merecedores das classes média e baixa brancas” (Dietze e Roth, 2020). No entanto, a oposição à “agenda homossexual” verifica-se mais ao nível dos partidos da Europa de Leste. Os partidos da Europa Ocidental têm vindo a integrar cada vez mais os homossexuais, dando origem ao chamado “homonacionalismo”, onde partidos

como a Alternativa para a Alemanha ou o PVV (Partido da Liberdade) na Holanda afirmam que os direitos LGBTQI estão a ser ameaçados pelos imigrantes muçulmanos. Muitos destes partidos tem grupos não oficiais de membros LGBTQI.

Anna Gwiazda (2020), num trabalho já especializado no tema em apreço, analisou a relação entre o populismo de direita e as políticas feministas, tendo como estudo de caso a Polónia. Segundo Gwiazda para o Partido Lei e Justiça (PiS) o papel principal das mulheres é o papel de mãe, sendo que “o Estado deve garantir a proteção das mulheres grávidas e das mães.” (Gwiazda, 2020). O programa do partido para as eleições de 2011 reiterava “o aumento dos benefícios sociais para as famílias e o apoio às mulheres grávidas” e prometia “pensões para as mulheres que desistiram das suas carreiras para criar os seus filhos” (*Ibidem*). Outras medidas consistiam na redução da idade da reforma das mulheres para os 60 anos. Tal como os partidos populistas nórdicos que afirmam que a igualdade de género já foi alcançada, o Partido Lei e Justiça diz que “a discriminação contra as mulheres terminou com a restauração da soberania da Polónia em 1918” (*Ibidem*).

O mesmo partido considera a “ideologia de género” um dos seus principais inimigos. Esta ideologia é “incompatível com a identidade polaca e “perigosa para as famílias porque mina os valores cristãos”” (*Ibidem*). Esta “ideologia anti- género” do PiS (Partido Lei e Justiça) pode ser explicada pelas relações estreitas que o partido tem com a igreja católica ². Durante a campanha eleitoral de 2019 foram feitas várias alegações anti- género juntamente com uma postura anti LGBTQI.

Apesar de defender uma visão tradicionalista dos papéis de género, o programa eleitoral de 2019 defendia a eliminação das disparidades salariais entre homens e mulheres. O programa também fazia referência à conciliação

² No caso de Portugal não existe uma relação próxima entre o Chega e a Igreja Católica. Apesar do seu líder ser um católico assumido, este chegou a afirmar numa entrevista feita à TSF que o atual Papa Francisco não estava a fazer um bom trabalho como líder da Igreja Católica. O próprio partido também criticou a Igreja por ceder ao “politicamente correto” quando uma publicação feita no Facebook pelo Patriarcado da Igreja que dizia que o Chega, CDS e Nos Cidadãos eram os partidos defensores da vida, foi removida, tendo sido considerada uma “imprudência”.

do trabalho com o papel de mãe. No passado, o partido já tinha feito pequenas referências sobre este assunto em programas anteriores. No entanto, no programa de 2019 ganhou mais ênfase. Tal pode ser explicado pelas vozes feministas conservadoras no seio do partido e pelo fórum de mulheres que pretende tornar-se um órgão do partido. O fórum tem como principal objetivo “reunir as mulheres e lutar pela sua representação na política e na sociedade” (*Ibidem*) ao mesmo tempo que apoia as mulheres nas suas carreiras profissionais. Outros objetivos deste fórum passam por apoiar as mulheres que são mães.

No que toca às quotas de género o partido sempre se mostrou contra a sua implementação. Num debate sobre o assunto uma deputada do partido disse que “as quotas eram desnecessárias porque a maioria das mulheres queria realizar-se como esposa e mãe” (Gwiadza, 2020). O PiS acredita que quotas de género desafiam os valores tradicionais e destacam a discriminação de género. No entanto, em janeiro de 2011, “as quotas legislativas de género, estipulando que pelo menos 35% de todos os candidatos deveriam ser mulheres, foram aprovadas pela então coligação governamental da Plataforma Cívica e do Partido Camponês Polonês” (Gwiadza, 2020). Apesar da falta de apoio inicial do PiS ao projeto de lei, este acabou por aderir nas eleições subsequentes uma vez que se não cumprisse a lei não poderia registar as suas listas nem concorrer nas eleições. Quando o PiS chegou ao poder, não revogou as quotas de género, mas também não respeitou a percentagem implementada. Em 2011, cerca de 17% dos elementos das listas PiS eram mulheres, em 2015 a percentagem era de 23% e em 2019 era de 24%.

Em 2014 foi discutida a ratificação da Convenção do Conselho da Europa de 2011 sobre a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e violência doméstica (conhecida como Convenção de Istambul). Os deputados do PiS mostraram-se contra a convenção por considerarem que esta ameaçava a família polaca tradicional e os seus valores. Um dos deputados chegou a afirmar

que o objetivo da convenção não era proteger as mulheres, mas sim atender aos interesses da comunidade LGBTQI em ensinar às crianças polacas identidades de gênero não tradicionais.

No que toca aos direitos reprodutivos, as questões principais focam-se nas tecnologias reprodutivas e o aborto. No início de 2016, o PiS cortou o financiamento estadual para o tratamento de fertilização in vitro. Até então, estava em vigor um programa de reembolso de fertilização in vitro, introduzido em 2013 pelo Ministro da Saúde da Plataforma Cívica, “que estipulava que o estado cobriria as despesas de até três ciclos de fertilização in vitro para mulheres menores de 40 anos (casadas ou coabitantes) que já haviam feito tratamento para a infertilidade pelo menos durante um ano antes de ingressar no programa” (*Ibidem*). Após a decisão do PiS, vários governos locais decidiram financiar o programa de tratamento de fertilização in vitro. Em vez disso, o Ministro da Saúde do PiS anunciou financiamento adicional para Tecnologia de Procriação Natural, um programa de tratamento ginecológico de rotina.

Na Polónia, o aborto só é possível “se a gravidez for o resultado de um crime, se houver problemas graves no desenvolvimento do feto ou se a vida da mãe estiver em perigo” (*Ibidem*). O PiS sempre se mostrou contra o aborto, defendendo a proteção da vida desde a sua concepção. Em 2016, chegou a estar em cima da mesa uma proposta para ilegalizar de vez o aborto, mas após vários protestos contra a proposta, o partido deixou de apoiar a ilegalização total do aborto.

Em outubro de 2019 foi discutida no parlamento polaco a proibição da educação sexual nas escolas. O projeto de lei apresentado pelo PiS dizia que a proposta tinha como objetivo proteger as crianças e os jovens contra a exploração sexual e a desmoralização que, devido à educação sexual, estão a afetar muitos jovens polacos.

Em Portugal, à exceção do caso da Madeira com Alberto João Jardim³, o populismo nunca teve grande expressão até ao ano de 2019, quando André Ventura, presidente do partido Chega, ganhou um lugar na Assembleia da República como deputado. André Ventura ganhou destaque na cena política portuguesa quando, em 2017, nas eleições autárquicas, fez declarações consideradas xenófobas em relação aos cidadãos de etnia cigana. Nesse ano, André Ventura, concorria às eleições pelo Partido Social Democrata (PSD), tendo um ano depois saído do partido e fundado o Partido Chega.

O Chega foi legalizado pelo Tribunal Constitucional em janeiro de 2019, tendo concorrido às eleições europeias e legislativas desse ano. Nas eleições legislativas obteve a percentagem de 1,29% que permitiu a eleição do próprio André Ventura. Após a sua eleição André Ventura tem feito várias propostas na Assembleia da República, em nome do Chega, acerca da castração química de pedófilos, da introdução da prisão perpetua em Portugal ou da criminalização do enriquecimento político. Numa moção chamada de Moção Ferreira enumera os principais inimigos do Chega, sendo estes o “aborto, eutanásia, homicídio, parelha gay, “ideologia de género”, adoção gay, casamento gay, barrigas de aluguer, drogas e traficantes, imigrantes ilegais, terroristas islâmicos, pedófilos e violadores, marxismo cultural, estalinismo fascista, nacional-socialismo totalitário, esquerdismo doentio e/ou psicopata” (Marchi, 2020).

No seu livro “A Nova Direita Anti-Sistema: o caso do Chega”, Riccardo Marchi afirma que Jorge Castela (o primeiro ideólogo do partido) “considera a “família” apenas a união entre um homem e uma mulher, preferencialmente através do vínculo do casamento, figura jurídica que, por isso, não deve abranger as uniões entre pessoas do mesmo sexo” (Marchi, 2020). No caso dos homossexuais os seus “direitos podem ser garantidos através de figuras jurídicas específicas, como as uniões de facto” (*Ibidem*). Jorge Castela considera os casamentos entre pessoas do mesmo sexo e as famílias homossexuais como

³ GOGGIOLI, Tommaso (2015)- POPULISMO IN PORTOGALLO? Dall'Estrema Destra a Madeira. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas: Universidade Nova de Lisboa. Tese de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais (especialização em Ciência Política)

“novos tipos de supostos casamentos” e “novos tipos de famílias”, cujas “consequências no equilíbrio psicológico das crianças são ainda debatidas pela comunidade científica” (*Ibidem*). Os casais homossexuais são vistos como um par e não como um casal, uma vez que a condição para constituir um casal é a procriação. Diogo Pacheco de Amorim (segundo ideólogo do Chega que substituiu Jorge Castela) reafirma estas ideias no Programa do Partido nas Legislativas de 2019. O ideólogo defende a “defesa da família natural heterossexual e pede o desincentivo, por parte do Estado, de casamentos e adoções por casais do mesmo sexo” (Marchi, 2020)

Contudo, o Chega não se afirma como um partido homofóbico. Na entrevista que deu à revista MAGG, André Ventura diz que “a oposição ao casamento entre pessoas do mesmo sexo não deve ser lida como um ataque aos direitos das minorias sexuais” (*Ibidem*). O líder considera que é necessário avançar mais neste campo, o objetivo é apenas “proteger a figura jurídica tradicional do casamento - seja ele religioso ou civil - e, através de figuras jurídicas diferentes, garantir aos homossexuais os direitos e os deveres jurídicos e fiscais dos demais casais, por exemplo, no acesso ao crédito, à habitação, ao direito parental na assistência hospitalar” (*Ibidem*). Ventura também não é favor da adoção de crianças por parte destes casais por não haver estudos conclusivos sobre os efeitos psicológicos nas crianças ao serem adotadas por estes casais.

A questão da procriação também mostra ter grande ênfase na ideologia do partido. Esta encontra-se ligada ao declínio demográfico do nosso país e às suas consequências, quer a nível da sustentabilidade da Segurança Social, quer mesmo por colocar em risco a existência do povo português. No que toca ao aborto existem pontos de vista diferentes no seio do partido. Aquando a sua formação Jorge Castela pretendia incluir a criminalização do aborto na ideologia do partido, no entanto essa ideia acabou por ser deixada de parte. O aborto suscita várias divergências no seio do partido havendo membros que são favoráveis, outros não e outros que defendem a sua criminalização. Nas “70 medidas para reerguer Portugal”, não está expressa a ideia de o aborto ser

criminalizado, mas de as mulheres terem acesso a informações, assistência e alternativas ao aborto. Oficialmente o Chega é um partido antiaborto, tendo várias vezes pedido que o aborto seja retirado do Serviço Nacional de Saúde como método contraceutivo. O aborto e as mudanças de sexo “derivam de comportamentos e decisões individuais do cidadão e, por isso, não devem pesar no erário público (Marchi ,2020).

Tendo em conta o contexto apresentado a nível europeu e a recente criação e posterior crescimento do partido populista de direita radical o objetivo principal deste trabalho é contribuir para um maior conhecimento acerca da relação entre as questões do género e o populismo da direita radical.

Objetivos do Trabalho e Perguntas de investigação

O objetivo deste trabalho é estudar o modo como a “ideologia de género” é encarada pelo recém-criado partido populista de direita radical Chega!

Assim sendo, as perguntas de investigação que norteiam o nosso trabalho centram-se na forma como o partido Chega encara as questões relacionadas com a ideologia de género. Serão as suas ideias e propostas idênticas ou semelhantes às dos outros partidos populistas de direita da Europa? Quais as ideias e propostas, do Chega que se coadunam com a concetualização e conclusões desenvolvidas acerca deste tema no âmbito de pesquisas que têm como objeto partidos congêneres de outros países, especialmente da Europa.

Metodologia

De modo a responder às perguntas de investigação supramencionadas, serão recolhidos dados de fontes primárias como o manifesto do partido Chega de 2019 (ano da sua fundação), os programas políticos e dois documentos oficiais de 2019 a 2022 com medidas para o país. Serão também considerados para efeitos de recolha de dados duas entrevistas e dois discursos feitos por André Ventura onde é abordado o tema em causa.

A escolha destas fontes para a recolha de dados prende-se com o facto de se ter considerado que estas fontes representam a posição oficial do partido sobre o tema do presente trabalho. No caso das entrevistas e dos discursos, André Ventura não menciona de forma extensiva o tema desenvolvido ao longo do trabalho de investigação em apreço, sendo escassas as referências ao tema da “ideologia de género”. No entanto, considerou-se que tanto as entrevistas, assim como os discursos contêm elementos importantes que podem ajudar a responder às perguntas de investigação.

Após a recolha dos dados será feita uma análise do tipo qualitativo e quantitativo em articulação com a teoria já desenvolvida sobre este tema, de modo a tentar perceber como é que o Partido Chega encara a “Ideologia de Género”. O limite temporal desta investigação vai de 2019 até 2022, uma vez que o Chega foi um partido fundado em 2019 e tem vindo a crescer, tendo eleito 12 deputados nas últimas eleições legislativas.

Capítulo 1: Direita Radical vs Extrema-Direita

Como já foi afirmado, não existe consenso a nível da bibliografia académica mais recente, que é vastíssima, acerca do conceito de populismo. Contudo, com base em algumas leituras e investigações, a nossa hipótese de trabalho é que, quer para o tratamento deste tema quer para o tratamento de outros, deve ser feita uma distinção entre a direita populista e radical e a direita extremista, embora também não haja consenso sobre o assunto. Na verdade, como mostraremos, estas duas direitas apresentam diferenças que não devemos desprezar.

Num artigo de 2019 para o jornal Observador, logo após a eleição do primeiro deputado do Chega para a Assembleia da República, o politólogo Riccardo Marchi fez uma análise da ideologia do partido. Marchi faz uma distinção entre a extrema-direita e direita radical. O termo extrema-direita é aplicado para descrever “partidos ou movimentos antidemocráticos, frequentemente de cariz subversivo” (Observador, 2019) enquanto que o termo “direita radical” descreve os “partidos ou movimentos que expressam a sua crítica antissistema dentro das regras democráticas” (*Ibidem*)

No seu livro “O Regresso da Ultradireita: da direita radical à direita extremista” (2020), Cas Mudde afirma que tanto a direita radical como a extrema-direita raramente se apresentam mutuamente no mesmo lado da luta. Ambas se acusam de minar a sua luta. Para a direita radical o extremismo ideológico e a violência praticada pela extrema-direita desacreditam a luta mais ampla, “enquanto que para a direita extremista o facto de a direita radical funcionar dentro do sistema compromete a essência da luta, estabelecendo compromissos que defendem os fundamentos do sistema político que odeiam” (Mudde, 2020). A diferença entre os dois espetros da direita não é simplesmente quantitativa, uma vez que a direita extremista é uma forma mais radical/extremista da direita radical e por isso atrai menos apoios a nível eleitoral e encontra-se numa posição marginal no sistema político-partidário, mas também é qualitativa.

De acordo com Mudde, a direita extremista vê as desigualdades como algo natural e que não são da competência do Estado. Os grupos e partidos de extrema-direita “elogiam a diferença e a hierarquia” (Mudde, 2020). A sua principal característica é o elitismo, “segundo o qual alguns grupos e indivíduos são superiores a outros e, por isso, deveriam ter mais poder” (*Ibidem*). Nessa medida, opõem-se ao anti elitismo dos partidos populistas o que constitui uma diferença de fundo. As ideias de democracia, igualdade política e governação por maioria popular são completamente rejeitadas. Hitler afirmou que a “democracia é o caminho sujo e imundo para o comunismo” (cit. por Mudde, 2020) enquanto que Mussolini a rejeitou como eleitoralismo.

No espectro da extrema-direita, o fascismo foi a ideologia com maior destaque, tendo sido implementada em vários países da Europa no período entre as duas guerras. Esta ideologia baseia-se em várias tradições antidemocráticas de esquerda e direita. O poder encontra-se todo concentrado na figura do líder, que representa os interesses do estado e da nação. O Estado não é uma entidade jurídica, mas sim uma “entidade ética, orgânica e espiritual, que exige uma lealdade e uma submissão totais” (Mudde, 2019). Esta visão do estado reflete-se na sua doutrina económica corporativista onde a sociedade se encontra organizada em grupos corporativos, como agricultores e militares, que trabalham em conjunto, de forma orgânica, em prol do estado. O Fascismo é uma ideologia totalitária que controla todos os aspetos da vida dos cidadãos e que oferece uma terceira via para além do liberalismo e do socialismo. O objetivo do Fascismo é fazer “renascer” a sociedade, dando origem a um “homem novo” “fisicamente apto e ideologicamente puro, não vinculado às velhas hierarquias de classe e de linhagem” (*Ibidem*). Para o Fascismo as ações valem mais do que palavras assim como a guerra vale mais do que a paz. A violência é poder e a guerra para além de ser vista como a ordem natural da vida, também purifica e regenera a nação e o Estado (*Ibidem*). Jason Stanley acrescenta ainda outra característica ao Fascismo: o passado místico. A política fascista “invoca um passado místico puro, tragicamente destruído” (Stanley,2019) que pode ser “religiosamente puro, racialmente puro, culturalmente puro ou todas as três” (*Ibidem*).

Para o historiador português Fernando Rosas os partidos populistas de direita são uma nova extrema-direita que tem “uma dupla origem que nasce da própria sistémica do capitalismo neoliberal e vem do fascismo e do neofascismo crepuscular, todavia com novas características adaptadas à situação atual” (Rosas, 2021). Esta nova extrema-direita “não se apresenta agora (pelo menos por enquanto) como “revolucionária” e de assalto subversivo ao poder” (*Ibidem*), mas “” ordeira”, engravatada, aceitando o jogo do sistema parlamentar” (*Ibidem*). Finge aceitar a democracia e descarta uma ditadura de partido único.

Rosas enumera as quatro características que constituem a nova extrema-direita. A primeira consiste no que Louçã chamou de “sociedades do medo” e da insegurança que esta direita fomenta, sobretudo através das redes sociais. Através destas “organiza a mentira torrencial, a fabricação da falsidade e da calúnia informativa e, sobretudo, a instrumentalização não só da revolta dos deserdados da globalização, mas também do medo (medo do desemprego, da precariedade, da desproteção da doença, medo do outro em geral) e da ignorância obscurantista sistematicamente fomentada” (Rosas, 2021). No caso português, este discurso “agressivo, catastrófico e caótico” reúne uma base social complexa que abrange os setores mais radicais das direitas tradicionais, as camadas intermédias da burguesia que assustadas com o cenário económico procuram soluções autoritárias e radicais e os segmentos sociais atingidos pelo desemprego, pela precariedade, pelos despejos, socialmente desprotegidos e politicamente sub-representados. A segunda característica consiste na intervenção desta direita que é baseada no “obscurantismo, no discurso de ódio, na exploração dos instintos primitivos nascidos do medo, da insegurança e do caos fomentado nas redes sociais ou a partir delas” (*Ibidem*), sendo neste terreno social e político que a xenofobia, o racismo, o sexismo, a demagogia ultranacionalista, a reabilitação retrospectiva do fascismo e do colonialismo, a apologia do autoritarismo, o anticientifismo são radicados. O tipo de liderança destes partidos é a terceira característica apontada por Rosas. O seu líder típico é classificado como sendo “o bufão, o “palhaço perverso”, mentiroso e despudoradamente contraditório” (*Ibidem*). A liderança desta nova extrema-

direita é uma “uma estratégia de poder, uma forma de conquistar a hegemonia baseada na mentira despejada torrencial e repetidamente, no arbítrio em vez da coerência, na incompetência caótica que oculta a verdade. O “chefe” busca a adesão irracional, quer-se temido e venerado e não compreendido” (*Ibidem*). Por fim, “a hipercomunicação, sob a aparência da comunicação, promove o isolamento, a destruturação da ação coletiva, a fragmentação social, ou seja, um ambiente de máxima comunicação e de máximo controlo. Mais do que isso banaliza e esvazia o protesto em favor do espetáculo da mentira hiperbólica mil vezes repetida e de crenças irracionais baseadas na incoerência e no arbítrio. A adesão assim obtida transforma-se no contrário de um ato libertador. É uma forma de sujeição totalitária, antecâmara do regime de violência social e política que a extrema-direita e os oligarcas têm como objetivo (*Ibidem*). Finalmente, a emergência da extrema-direita oposta na morte da política, tentando encarcerá-la na lógica manipulatória e de hipercomunicação das redes sociais. Efetivamente, a hipercomunicação, sob a aparência da comunicação, promove o isolamento, a destruturação da ação coletiva, a fragmentação social, ou seja, um ambiente de máxima comunicação e de máximo controlo. Mais do que isso banaliza e esvazia o protesto em favor do espetáculo da mentira hiperbólica mil vezes repetida e de crenças irracionais baseadas na incoerência e no arbítrio. A adesão assim obtida transforma-se no contrário de um ato libertador. É uma forma de sujeição totalitária, antecâmara do regime de violência social e política que a extrema-direita e os oligarcas têm como objetivo.

Já para Klaus Van Beyme a atual onda populista é uma onda pós-fascista. O conceito de pós-fascismo “ênfatiza a sua distinção cronológica localiza-o numa sequência histórica que implica continuidade e transformação, enfatizando assim uma realidade em mudança” (Beyme, 2019). Este deve ser visto “como resultado da derrota das revoluções do século XX” (*Ibidem*). O colapso do comunismo e a adesão dos partidos sociais-democratas às políticas neoliberais fez com que a direita radical se tornasse, em muitos países, uma força influente contra o “sistema” que deve ser diferenciada do neofascismo. Apesar de muitos movimentos de direita radical terem tido a sua origem em

movimentos fascistas clássicos, atualmente estes movimentos “não reivindicam mais tais origens e distinguem-se claramente do neofascismo” (Beyme, 2019).

O pós- fascismo não contém em si os valores “fortes” dos movimentos fascistas dos anos 30, pretendendo apenas preencher o espaço vazio que foi deixado pelos partidos e movimentos de extrema-direita. Ao contrário do fascismo, o pós- fascismo não quer reconstruir impérios coloniais ou fomentar a guerra. Beyme também considera que a oposição da direita radical ao “fascismo islâmico” faz com que a palavra "fascismo" pareça mais um obstáculo ao nosso entendimento do que uma categoria útil de interpretação.

Prowe também faz também uma distinção entre a extrema-direita e os partidos populistas de direita ao afirmar que existem “diferenças óbvias” e “críticas” entre a direita radical e o fascismo. Para o autor a direita radical tem sido “alimentada pelas fissuras culturais da sociedade multicultural” (Copsey, 2018) enquanto que o fascismo era alimentado pelo conflito de classes e o medo do comunismo. A direita radical surgiu num período de descolonização e de paz e o fascismo “nasceu em sociedades construídas sobre a dominação colonial”, sendo “moldado pela experiência de deslocamento da Primeira Guerra Mundial” (Copsey, 2018). Outra diferença consiste “nas fissuras de sociedades de consumo estáveis e prósperas” (*Ibidem*) que levaram ao desenvolvimento da direita radical ao contrário do fascismo que “cresceu do desespero material” (*Ibidem*). Para além disso, “a base de sustentação da direita radical contemporânea é mais urbana do que a base do fascismo histórico” (Copsey, 2018).

Payne considera que a direita radical difere da extrema-direita não por ser mais moderada, “mas simplesmente por ser mais direitista” (Cit. Copsey, 2018), embora ambas as direitas tenham como objetivo “destruir o sistema político existente de raiz e ramal do liberalismo” (Cit. Copsey, 2018).

Segundo Suárez, os partidos de direita radical populista defendem uma visão monocultural da nação “alicerçada na definição do povo como culturalmente homogêneo” (Suárez, 2021), o autoritarismo e a imposição do

estado de direito e da ordem, “acompanhados da segurança como elemento essencial do Estado” (*Ibidem*) e tal como os grupos e partidos de extrema-direita consideram as desigualdades algo natural. Estes partidos também defendem o nativismo ao considerarem que o estado deve ser apenas habitado pelos membros do grupo nativo (a nação) e que os elementos não nativos (os “estranhos”) são uma ameaça para o estado-nação homogéneo. Na direita radical populista existe o objetivo de criar uma etnocracia, ou seja, “uma democracia na qual a cidadania se baseia na etnicidade” (Mudde, 2019). Esta direita pretende recriar estados monoculturais cujas fronteiras estão fechadas para todos aqueles que pretendam imigrar e os que já se encontram dentro do país têm de escolher entre assimilação ou a repatriação. Porém, no que toca à assimilação não existe consenso entre os grupos da direita radical. Alguns consideram que só grupos étnicos “com afinidades” são capazes de assimilação, por exemplo, apenas europeus (brancos) podem tornar-se alemães ou húngaros, enquanto outros defendem que o Islão é incompatível com a sua nação, o que significa que os muçulmanos não se podem assimilar nas sociedades ocidentais” (Mudde, 2019). A forma de ver a democracia também diferencia a extrema-direita e da direita radical que apoia a democracia, embora desafie “as instituições e os valores centrais da democracia liberal, incluindo os direitos das minorias, o estado de direito e a separação de poderes” (Mudde,2019), propondo a introdução de instrumentos de democracia direta, como os referendos, bem como mudanças no sufrágio representativo.

Outro aspeto diferenciador são os velhos clichês do racismo clássico que foram deixados de lado por esta direita, embora a xenofobia que a caracteriza “seja de facto dirigida contra imigrantes ou populações com origens pós-coloniais” (Beyme, 2019). O antissemitismo típico dos regimes fascistas deu lugar à islamofobia. Os principais alvos já não os judeus, mas sim os muçulmanos que passaram a ser vistos como terroristas e como uma ameaça para os valores ocidentais. Contudo, no caso do Fidez na Hungria os judeus continuam a ser os principais alvos juntamente com os muçulmanos. Além de

ser contra o Islão, o partido também é antissemita, tendo o líder do partido, Viktor Órban, feito, reiteradamente, comentários antissemitas dirigidos ao empresário judeu de origem húngara George Soros.

Já no que toca à União Europeia a maioria dos extremistas de direita opõe-se firmemente à integração europeia e à própria União Europeia, ao contrário da maioria dos radicais de direita, que “tem sido mais cautelosa nesta questão, mesmo sendo eurocéticos” (Beyme, 2019).

Estas diferentes perspetivas mostram que não existe um consenso sobre se deve ser ou não feita uma distinção entre direita radical e extrema-direita. Na nossa perspetiva essa distinção deve ser feita, porque apesar de terem aspetos em comum, como por exemplo, o facto de considerarem as desigualdades como algo natural, a direita radical e a extrema-direita diferem em determinados aspetos como o modo de conceber a democracia, o tratamento da questão do racismo e da xenofobia, a integração europa e o nacionalismo.

A seguir iremos examinar como é que os partidos populistas de direita radical veem a “ideologia de género”.

Capítulo 2: As direitas antissistema e a ideologia de Género

2.1: Conceito de Género

O termo género começou por ser introduzido na investigação científica com a expressão “sistema de género sexual”. Enquanto que o termo “sexo” se refere às categorias biológicas do masculino e do feminino, o género “concentra-se nas construções sociais, processos, ações e representações que não estão inerentemente ou biologicamente ligadas aos sexos. O género molda os comportamentos e preferências aceites, esperados e recompensados com base nas estruturas sociais, normas e instituições” (Spierings et all, 2015).

A categoria de género começou por ser adotada na investigação académica americana, e mais tarde, na investigação europeia, “sendo utilizada para analisar a organização social da diversidade sexual” (Ottaviano, 2017). O género enquanto categoria permite analisar as origens sociais e culturais da desigualdade entre o sexo masculino e feminino e reconhece que a diferença entre estes dois sexos é o principal fator para a desigualdade entre homens e mulheres, sendo esta a base dos Estudos de Género.

No final do século XX, o conceito de género já era central nos debates institucionais internacionais e a perspetiva de género passou a ser considerada um pilar na luta contra as desigualdades, tendo sido integrada nos documentos oficiais das Nações Unidas durante a IV Conferência Sobre as Mulheres em Pequim⁴.

2.2: “Ideologia de Género”

Os Estudos ou Questões de Género realçam e fundamentam a dimensão socialmente construída dos papéis de género, tendo esta perspetiva sido acolhida e celebrada pelos meios feministas. É em meados dos anos 90 que

⁴ COMISSÃO PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE DE GÉNERO (2013)- Estratégias Internacionais para a Igualdade de Género: a Plataforma de Ação de Pequim (1995-2005). 2ª ed. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação e Ciência. ISBN: 978-972-597-357-8

surtem as primeiras críticas por parte do Vaticano e de grupos conservadores ao conceito de gênero. A expressão “ideologia de gênero” nasce a partir dessas críticas e passa a ser utilizada para mostrar a oposição do Vaticano “aos direitos de igualdade e ao ativismo feminista e das pessoas LGBT, bem como aos estudos que desconstruem a base essencialista e naturalista das ordens de gênero e sexualidade” (Paternotte e Kuhar, 2018). A “ideologia de gênero” é descrita como um movimento social pró-aborto e pró-LGBT que ameaça a maioria das sociedades, especialmente as ocidentais, colocando em perigo a humanidade e que deve ser combatido em nome da defesa da família e do bem-estar das crianças. É uma ofensiva que não está apenas restrita às sociedades ocidentais, mas que é imposta por estas a outras sociedades. Para além disso, é também considerada “um sintoma da depravação euroamericana” (Paternotte e Kuhar, 2018), um projeto de neocolonização por parte do ocidente e dos seus governantes que tentam impor os valores decadentes das suas sociedades e secularizar as sociedades não-ocidentais. Para o Vaticano, a “ideologia de gênero” “provém da propagação do hedonismo, da laicidade, do relativismo e do individualismo nas sociedades ocidentais, mas também das interpretações equivocadas do feminismo” (Paternotte e Kuhar, 2018). A esta ideia “estaria ainda associada a ideia de “cultura da morte” (João Paulo II) - a ideologia que subjaz ao aborto, à contraceção e à eutanásia e seria oposta à “cultura da vida”, essa sim promovida pela Igreja” (*Ibidem*)

Alguns estudos associados a grupos religiosos adotaram esta definição de “ideologia de gênero” do Vaticano que se tornou numa “estratégia de retórica conservadora” importante no ataque aos direitos LGBTQI, aos movimentos feministas, nomeadamente no que diz respeito aos direitos reprodutivos e aos estudos de gênero que, de acordo com os seus opositores, “desconstruem os pressupostos essencialistas e naturalistas sobre o gênero e sexualidade” (*Ibidem*). A “identidade de gênero” e a “ideologia de gênero” destroem o consenso em torno da definição dos sexos, ambas definem a identidade do indivíduo de acordo com a sua “autoidentidade” independentemente das características do seu corpo. Essa autodefinição da identidade não segundo o sexo biológico, mas sim de acordo com a “expressão de gênero”, é apresentada

como sendo uma reivindicação do “núcleo duro” LGBTI. Ao separarmos a biologia e a identidade pessoal dos indivíduos estamos a colocar “a humanidade em risco, sendo um retrocesso, uma vez que o corpo deixará de ser um elemento definidor da humanidade” (Garraio e Toldy, 2020). O indivíduo é reduzido apenas ao “espírito e à vontade, a uma abstração até ao momento em que escolhe o sexo a que deseja pertencer” (*Ibidem*).

Os sistemas educacionais que ensinam às crianças a “ideologia de género” assim como as teorias de género desenvolvidas na academia também são alvo de críticas por parte do Vaticano, nomeadamente a teoria do género de Judith Butler⁵. Estas teorias são acusadas de tentarem eliminar o conceito de “natureza” “que consiste em tudo aquilo que nos foi dado como fundamento pré-existente ao nosso ser e ação no mundo” (*Ibidem*). Para o Vaticano é necessário reafirmar as “raízes metafísicas da diferença sexual” (*Ibidem*), que são encaradas como sendo parte da natureza humana e explicam a génese da família. As famílias heterossexuais “continuam a ser o ambiente ideal para as crianças, uma vez que estas devem poder vivenciar a beleza da diferença entre os dois sexos” (*Ibidem*). Estas são “o remédio para a “ideologia de género” assim como “as portadoras dos verdadeiros valores da vida” (*Ibidem*).

A expressão “ideologia de género” é também frequentemente apresentada como nova ideologia de esquerda, criada a partir do comunismo. Para além do Vaticano outros grupos e movimentos religiosos e conservadores também utilizam esta expressão como forma de se oporem à perspetiva de género dos Estudos ou Questões de Género. A oposição por parte do Vaticano e destes grupos e movimentos levou ao surgimento do movimento anti “ideologia de género” ou anti- género.

Este movimento baseia-se na oposição às políticas e discursos de igualdade de género dos finais dos anos 70 ao mesmo tempo que reflete o ressurgimento do populismo iliberal e do nacionalismo local. Este movimento

⁵ Sobre esta teoria consultar a edição portuguesa de uma das obras mais influentes da autora: BUTLER, Judith (2017) - Problemas de Género: Feminismos e Subversão da Identidade. 1ªed. Lisboa: Orfeu Negro. ISBN: 978- 989-88-6809-1

apresenta-se como um movimento de “defesa dos “autênticos” valores locais e das pessoas comuns contra as forças estrangeiras globais e as elites corruptas” equiparando o gênero a “um individualismo desenfreado e à exploração cultural e econômica” (Garraio e Toldy, 2020). As controvérsias que existem no campo dos estudos de gênero e sexualidade para definir o termo “gênero” são vistas como a base ideológica que dá origem a “um conjunto de reformas éticas e sociais “abomináveis”, ou seja, aquelas relativas aos direitos sexuais e reprodutivos, ao casamento entre pessoas do mesmo sexo e adoção de crianças por esses casais, às novas tecnologias reprodutivas, à perspectiva de gênero nas políticas públicas, à educação para a sexualidade, à proteção contra a violência de gênero entre outros” (Paternotte e Kuhar, 2018).

Korolczuk e Graff identificaram três características que constituem o discurso anti “ideologia de gênero”. A primeira característica consiste no “conjunto de convicções sobre a natureza do homem, a lei natural e a dignidade humana consistente com o dogma cristão e radicalmente antitético ao construcionismo social” (Korolczuk e Graff, 2018). Apesar da base destas convicções ser teológica, muitas vezes se recorre à ciência para provar que os estudos de gênero são uma invenção. A segunda característica é a “narrativa profundamente pessimista e consistentemente anti modernista da história intelectual, cultural e social ocidental” (*Ibidem*). O ocidente encontra-se sob a influência de autores como Freud, Simone de Beauvoir, Marx, Engels entre outros, da Escola de Frankfurt, do feminismo e do pós-modernismo. De acordo com os autores anti-gênero, estes autores fazem todos parte do mesmo pensamento, embora essa tese, do ponto de vista histórico, filosófico, doutrinário e ideológico seja altamente contestável e ateste alguma confusão concetual. Nesta perspectiva, Judith Butler é considerada a fundadora da “ideologia de gênero” que levaria a que a sexualidade fosse liberalizada, incluindo o incesto. O sexo entre crianças e com crianças passaria a ser permitido com o objetivo de criar uma “sociedade sem opressão”. Os anti-gênero ignoram completamente a história do gênero, baseando-se apenas nas experiências problemáticas de John Money nos anos 50. Por fim, a terceira característica consiste na “visão alarmista da distribuição global do poder”

(*Ibidem*). Uma força global apoderou-se do mundo através de chantagens e manipulações mascaradas sob a forma de conversas acerca da saúde pública e dos direitos humanos. Esta força é financiada pelas grandes empresas multinacionais como a Amazon, Google, Microsoft entre outras, instituições mundiais como a ONU e a União Europeia, as organizações não governamentais de defesa dos direitos LGBT e direitos humanos e multimilionários como Melinda e Bill Gates, Georges Soros, Ted Tuner, entre outros. A “ideologia de género” é vista como parte de uma conspiração internacional que pretende enfraquecer as comunidades locais e os estados-nação, um projeto neocolonial apoiado por estes organismos transnacionais e multimilionário. Esta ideia levou a que vários investigadores considerassem este tipo discurso “como uma nova linguagem conservadora de resistência à globalização neoliberal” (Garraio e Toldy, 2020). Esta conspiração é “descrita como uma nova forma de colonialismo, cujos alvos mais vulneráveis são as nações em desenvolvimento na África” (*Ibidem*). Os anti-género apresentam-se assim como “os protetores dos povos colonizados do mundo, dos desprivilegiados e economicamente desfavorecidos, cujos meios de subsistência, culturas autênticas e sistemas de valores tradicionais são ameaçados pela globalização neoliberal” (Korolczuk e Graff, 2018), sendo assim os defensores de uma maioria oprimida. Para se referir à “ideologia de género” o Papa Francisco utilizou a expressão “colonização ideológica” (Patternote e Kuhar, 2018), afirmando que os “impérios colonizadores procuram fazer com que os povos esqueçam a sua própria identidade e os tornem (todos) iguais” (Cit. Korolczud e Graff, 2018).

As mobilizações anti-género que ocorreram durante a década de 2010 resultaram da combinação do conservadorismo na questão do género juntamente com a crítica ao neoliberalismo e à globalização. Estas mobilizações “contribuíram decisivamente para a disseminação do populismo iliberal podendo ser entendidas como resposta à crise económica internacional de 2008 e à crise da própria democracia liberal” (Korolczuk e Graff, 2018ü). A crise económica colocou à tona as fragilidades do modelo neoliberal e da democracia liberal enquanto espaço de inclusão, liberdade e igualdade. Os anti-género afirmam representar a verdadeira sociedade civil e autoproclamam-se

defensores da liberdade e da democracia, que no seu ver foram sequestradas por liberais e esquerdistas. Vários indivíduos de grupos nacionais e locais, igrejas e partidos políticos têm-se mobilizado em prol deste movimento, estando a trabalhar em rede a nível global através de coligações internacionais, organizações como o Congresso Mundial das Famílias e plataformas de petição online como CitizenGo, que em dezembro de 2017 tinha mais de 8 milhões de usuários registados em todo o mundo. Este movimento apresenta-se como um contramovimento que tem como objetivo combater e anular políticas feministas e LGBTQ através de estratégias de “contaminação” como a “organização de iniciativas que incluem “petições, manifestações, *lobbying*, processos judiciais, produção de literatura e artigos de imprensa, organização de campanhas e de referendos, incitamento à vigilância, com vista à contestação à implementação de legislação progressista sobre direitos reprodutivos e igualdade de género” (Garraio e Toldy, 2020) bem como a constituição de alianças estratégicas desses movimentos cívicos com partidos políticos, nomeadamente partidos populistas de direita radical. As redes sociais desempenham um papel importante ao mobilizar vários setores do eleitorado em torno dos discursos e políticas anti- género. A grande diferença entre este movimento e os movimentos fundamentalistas religiosos como o Estado Islâmico e os Boko Haram é que o primeiro rejeita o uso da violência e vê-se como defensor da democracia.

Os ativistas anti- género “evocam o conceito de “novilíngua” de George Orwell, acusando, frequentemente, os ativistas de género de manipular a linguagem e esconder os seus verdadeiros objetivos” (*Ibidem*). A adaptação da linguagem em defesa da igualdade é vista como uma tentativa de subverter a ordem natural das coisas. As suas maiores preocupações passam pela questão do género binário e da masculinidade hegemónica. Assim como os fundamentalistas religiosos americanos os anti-género lutam para erradicar a educação sexual das escolas. Na Polónia, os educadores sexuais são vistos como uma ameaça para os mais novos que, de acordo com os meios de comunicação mais à direita, são obrigados a usar saias.

Os pânicos morais criados à volta da suposta desestabilização dos papéis naturais de género estão ligados às preocupações sobre o despovoamento, o fim do patriarcado e do poder dos homens (“crise de masculinidade”). Os anti-género prometem voltar a reestruturar a masculinidade hegemónica e a paternidade tradicional, sendo alguns movimentos a favor da masculinidade e do patriarcado, como os grupos de direitos dos pais polacos, que se juntaram a ativistas anti-género na luta contra a “ideologia de género”. As uniões de facto também são um dos alvos deste movimento, uma vez que são vistas como um sinal de desvalorização do casamento. A “ideologia de género” ataca o matrimónio, por considerar que ser homem ou mulher não é determinado fundamentalmente pelo sexo, mas sim pela cultura. A família é a “base da sociedade” e o “santuário da vida”. As diferenças entre homens e mulheres são enquadradas num “discurso antropológico de complementaridade e reciprocidade”. O modo de ver a família “como uma entidade radicada na natureza” leva à rejeição do feminismo, uma vez que este “é identificado com lutas para uma compreensão da igualdade como o desejo de as mulheres se tornarem homens” (Garraio e Toldy, 2020). A maternidade é a missão mais importante das mulheres. As legislações que protegem e promovem os direitos públicos das mulheres são consideradas uma ameaça à missão mais importante das mulheres. O movimento anti-género também se opõe à reprodução assistida. A intervenção biomédica no corpo é encarada como uma “uma extensão do malthusianismo e da eugenia, ambos considerados como a base das políticas de género transnacionais contemporâneas” (Korolczuk e Graff, 2018). A reprodução assistida, o uso de contraceptivos e o aborto são uma forma de as grandes empresas farmacêuticas conseguirem lucrar.

A nível internacional é possível verificar convergências e alianças entre os opositores à “ideologia de género” e o populismo de direita: “por um lado, o papel da religião na ascensão do populismo e, por outro, o papel desempenhado pelos partidos populistas de direita na disseminação dos discursos contra a “ideologia de género” (Garraio e Toldy, 2020). Eszter Kováts e Maari Põim chamam a esta aliança “cola simbólica” que junta os programas e os discursos

dos partidos populistas de direita aos conservadores e é facilitada pelo uso persistente dos termos "género" e "ideologia de género". Estes termos tornaram-se “significantes vazios, sinónimos flexíveis para desmoralização, aborto, sexualidade não-normativa e confusão sexual, mas também representam a ideologia das elites (neo)liberais globais” (Korolczuk e Graff, 2018).

2.3: Ideologia de Género e Populismo de Direita Radical

A “ideologia de género”, no caso da direita radical populista, “refere-se explicitamente ao conceito científico e político de género” (Dietze e Roth, 2020), a fim de combater o chamado "genderismo" (estudos de género, gender mainstreaming, políticas de igualdade de género e o reconhecimento da diversidade sexual). O discurso anti-género por parte do populismo de direita radical consiste na visão “da igualdade de género e os estudos de género como projetos concebidos por uma instituição feminista cosmopolita ou uma “elite metropolitana” feminista, que só persegue os seus próprios interesses, enquanto negligencia os interesses das “mulheres nas ruas”” (*Ibidem*). Já o reconhecimento da diversidade sexual é visto como uma ameaça para as crianças, que de acordo com estes partidos, são ameaçadas e assediadas por professores homossexuais.

Dietze e Roth consideram que, para o populismo de direita radical, o género funciona como “uma metalinguagem para negociar diferentes condições de desigualdade e poder no contexto das lutas atuais sobre hegemonia e sobre recursos forjados pelo neoliberalismo” (*Ibidem*). Este “pode ser visto como um fenómeno amplamente difundido e que a luta contra a “ideologia de género” é uma ferramenta potencial para construir a ideia totalitária do “povo como um todo”” (Dietze e Roth, 2020).

Nas ideologias radicais de direita o género é visto como sendo binário e natural, onde há uma divisão do trabalho em que as tarefas da casa são atribuídas às mulheres enquanto que os homens se limitam a trabalhar. O homem é visto como sendo forte e o principal sustento da família capaz de

proteger a “mulher fraca e vulnerável, considerada importante para a reprodução das famílias heterossexuais, da nação e do estado” (*Ibidem*). O termo “género” não é utilizado para discutir as diferenças biológicas entre homens e mulheres ou para analisar a construção da masculinidade e da feminilidade, mas é apresentado como “uma conspiração internacional, decorrente da revolução sexual e/ou da igualdade de género imposta pelo estilo comunista” (Korolczuk,2017). Empresas multinacionais, organizações internacionais e personalidades conhecidas utilizam o género para “promover o aborto, a decadência moral e a perversão, bem como o individualismo que destrói as comunidades e as famílias tradicionais” (*Ibidem*). Este encontra-se ligado à abolição das diferenças entre os dois sexos assim como “ao caos no reino da sexualidade humana, o que leva à despovoação em algumas partes do mundo” (*Ibidem*). Existe uma sensação de perigo iminente das elites liberais, nomeadamente das feministas, que são descritas como perigosas e poderosas. Os partidos populistas de direita radical pelo contrário “afirmam representar as pessoas comuns, que são descritas como trabalhadoras e dedicadas às suas famílias” (Korolczuk, 2017).

Dietze e Roth consideram que a insistência na questão do género por parte dos populistas de direita radical deve-se ao facto de as diferenças entre os dois sexos serem vistas como antagónicas e complementares e por essa mesma diferença evidenciar a hierarquia entre homens e mulheres. Assim os dois sexos binários “organizados hierarquicamente simbolizam a ordem que os populistas de direita tanto defendem” (Dietze e Roth, 2020). Ao lutar contra as questões de género, os partidos populistas de direita radical estão também a lutar contra a dissolução das ordens naturais. Ao serem construídos socialmente os géneros perderiam a sua função “de descrever e garantir uma ordem hierárquica” (*Ibidem*) para além de colocar em causa a dominação masculina que, segundo as autoras é, também uma das principais razões para problematizar o género. Esta obsessão com o género também se encontra “ligada à promoção da exclusão “etno-sexista” dos outros racializados”, que são vistos como sendo perigosos “para a reprodução do organismo nacional branco” (Dietze e Roth, 2020). Para estes partidos a imigração em massa pode

levar a que “a fertilidade dos autóctones seja superada pela fertilidade dos invasores” (*Ibidem*). As feministas pró-aborto e os imigrantes são considerados inimigos e um alvo a abater e o género tornou-se uma justificação “para justificar posições anti-imigração, concentrando-se em “práticas culturais nocivas” como a mutilação genital feminina, homicídios por honra, o uso de lenços de cabeça, casamentos forçados ou poligamia” (Lange e Mügge, 2015). Estas lógicas populistas de direita são criadas sobre a “construção de um inimigo interior (a elite “corrupta”, feministas, ativistas LGBTQI, politicamente corretas, etc.) e um inimigo exterior (imigrantes como concorrentes pelo emprego e bem-estar e como ameaça à cultura nacional e à liberdade sexual das mulheres brancas, “ideologia de género” como ameaça transnacional às famílias, às crianças e à reprodução da nação)” (Dietze e Roth, 2020).

Os modos de vida não tradicionais e os estudos de género são obstáculos às políticas demográficas que representam uma realidade que “aterroriza” as pessoas com a existência de mais de dois géneros e outras orientações sexuais. Assim, os partidos e movimentos populistas de direita radical afirmam defender o que Ajanović, Mayer e Sauer, chamaram de “modernidade limitada” e Spierings de neo-tradição. Esta “modernidade limitada” inclui formas tradicionais de vida social como a igreja, a pátria, o “povo” e a família heteronormativa ao mesmo tempo que luta contra uma elite vista como sendo secular, cosmopolita e promotora da “ideologia de género”. Contudo, é possível verificar um “progressismo estratégico” em termos sexuais por parte dos partidos populistas de direita radical. Este progressismo é expresso na forma de “nacionalismo sexual” ou “excepcionalismo sexual”. Os “direitos das mulheres e os direitos LGBT são considerados valores civilizacionais fundamentais do Ocidente, enquanto as comunidades migrantes, em particular as muçulmanas, são consideradas como ameaçadoras” (cit. Lange e Mügge, 2015). Os partidos populistas de direita radical enfatizam “a dimensão cultural da globalização para destacar o perigo representado pelos imigrantes” (Suárez, 2021), principalmente, as nossas liberdades são ameaçadas pela sua vinda, nomeadamente os direitos conquistados pelas mulheres. A relação entre género e imigração encontra-se “condicionada pelas diferentes culturas de

igualdade de gênero na Europa, estando muito mais enraizada nos países nórdicos do que no Sul da Europa” (*Ibidem*). Este argumento "femonacionalista", como Sara Farris o chama, ganhou mais importância após as agressões sexuais em Colônia na noite de Ano Novo de 2015. Os conceitos de gênero e os direitos das mulheres são distorcidos e utilizados para atingir grupos étnicos específicos e promover o ódio e o medo contra eles. Os populistas de direita radical afirmam defender os direitos das mulheres e dos homossexuais contra o sexismo e a homofobia dos “outros”. Porém, se a questão envolver apenas as mulheres autóctones, as políticas de igualdade de gênero são encaradas como sendo desnecessárias e prejudiciais, uma vez que minam a autoconfiança e o arbítrio das mulheres autóctones e as condenam a uma posição de vítima eterna.

De acordo com Cas Mudde, os partidos populistas de direita radical apresentam três pontos em comum no que diz respeito à ideologia de gênero: “1) a equiparação da política feminina à política familiar; 2) a defesa firme das "diferenças naturais" entre os sexos e 3) a ideia de que, sendo as mulheres o único sexo que pode dar à luz e cuidar dos filhos são vitais para a sobrevivência da nação, as mulheres devem ser “protegidas”” (Mudde e Kaltwasser, 2015). Estes três pontos refletem-se no modo com estes partidos olham para a mulher e o seu papel na sociedade e influenciam as suas políticas relativas à igualdade de gênero e de direitos.

2.4: Igualdade de Gênero

Os partidos populistas de direita radical na Europa são, na sua maioria, *männerparteien* (partidos masculinos). São “predominantemente liderados por homens, representados por homens e apoiados por homens” (Mudde e Kaltwasser, 2015). Mesmo os partidos liderados por mulheres são predominantemente representados por homens dentro dos vários órgãos partidários e parlamentos. Enquanto algumas mulheres líderes alcançaram a maior parte do seu poder devido às relações pessoais com um líder masculino,

como Marine Le Pen, na França ou Keiko Fujimori, no Peru, outras fizeram uma carreira sem a ajuda de um “patrono” masculino como Pauline Hanson, na Austrália, Pia Kjaersgaard, na Dinamarca e Sarah Palin nos Estados Unidos.

O grupo do Parlamento Europeu que agrega os partidos de direita radical, Europa das Nações e da Liberdade, conta apenas com treze representantes femininas em trinta e oito deputados. O PVV (um dos membros do grupo parlamentar) tinha apenas uma mulher a representar o partido aquando a sua estreia no parlamento europeu. A deputada eleita só entrou no parlamento porque Geert Wilders se recusou a ocupar o seu lugar. Em 2014, o PVV (Partido da Liberdade) ganhou novamente quatro lugares, dos quais um foi mais uma vez ocupado por uma mulher. Já o DFP (Partido Popular Dinamarquês, também membro deste grupo) começou por ser representado por um membro masculino nas duas primeiras legislaturas até às eleições de 2009, onde o partido conseguiu eleger um segundo deputado sendo este uma mulher que dois anos depois deixou o parlamento europeu e o partido. Em 2014, o DFP tornou-se o maior partido dinamarquês nas eleições europeias, ganhando 4 assentos no parlamento europeu, dos quais apenas um foi ocupado por uma mulher.

Em termos nacionais, quando entrou pela primeira vez no parlamento, o DFP, que se separou do Partido do Progresso populista neoliberal em 1995, tinha apenas quatro membros, incluindo uma mulher, Pia Kjaersgaard. No caso do PVV, que tal como o DFP surgiu de uma cisão dentro do parlamento, também só contou com um único membro masculino. Geert Wilders deixou o partido conservador Volkspartij voor Vrijheid en Democratie (VVD, Partido Popular pela Liberdade e Democracia) e fundou o seu partido de um homem só Groep Wilders (Grupo Wilders) em 2004. Dado que Wilders é o único membro oficial do PVV, “o partido está quase completamente identificado com ele, e por isso tem uma imagem fortemente masculina” (*Ibidem*). Na sua estreia no parlamento holandês o PVV tinha apenas uma deputada em 11 deputados eleitos. Desde então a percentagem de mulheres a representar o partido tem aumentado. Na legislatura de 2010-2012, 17% dos deputados do partido eram

mulheres e na atual legislatura a percentagem é de 20%. Mesmo assim, o PVV continua muito abaixo da média parlamentar. Na legislatura de 2010-12, a percentagem de mulheres a representa o partido foi a segunda mais baixa.

Esta grande diferença entre o número de mulheres e homens membros de um partido de direita radical e em cargos de destaque também se reflete no seu eleitorado. Estudos acerca do voto na direita radical mostram que o eleitorado destes partidos é também constituído, predominantemente, por homens. O fenómeno da diferença de género na votação de partidos de direita radical foi denominado de “Radical Right Gender Gap (RRGG)” (Diferença de Género da Direita Radical), tendo vindo a ser cada vez mais estudado nos últimos anos.

No seu artigo “Pinkwashing the radical-right: Gender and the mainstreaming of radical-right policies and actions”, Shitrit, Strenger e Hoefler consideram que as mulheres veem os partidos e movimentos de direita radical com menos repulsa, quando são representados por uma mulher e que tal pode ser explicado pelos “estereótipos de género feminino que suavizam a imagem masculina de tais partidos e movimentos” (Shitrit et al, 2021). Na política as mulheres são vistas como sendo “menos experientes, menos qualificadas e mais fracas em questões políticas “duras” como relações exteriores, defesa, crime e imigração, mas melhores em questões “leves” como política de bem-estar e educação” quando comparadas com os homens” (*Ibidem*). Estes estereótipos também se refletem nas representações das mulheres que ingressam os partidos de direita radical. Quer a imagem da mulher seja favorável ou não, a ideia que passa é que “as ações das mulheres são motivadas por razões pessoais, muitas vezes emocionais, em comparação com as motivações frias e políticas que impulsionam os homens ativistas” (*Ibidem*). Estudos feitos no âmbito dos estereótipos de género na política mostraram que quando os estereótipos de género em relação a um político contrariam os estereótipos de género associados ao seu partido, pode dar um efeito positivo para o próprio político. Esta “contradição é particularmente benéfica para partidos e movimentos de direita radical” (*Ibidem*), o que leva a que as agendas

e políticas da direita radical pareçam mais aceitáveis para o público em geral, uma vez que os estereótipos femininos aplicados a uma mulher de direita radical contrariam a imagem autoritária, a linha dura e agressiva da política da direita radical.

Em “Gender and Radical Right” (2018), Hilde Coffé enumera as razões que podem explicar esta grande disparidade de gênero. A primeira razão encontra-se relacionada com as profissões e as atitudes em relação aos imigrantes. Os homens estão sub-representados no chamado setor de colarinho azul que se encontra ameaçado pela modernização e a globalização, levando à perda de empregos ou a salários mais baixos e a “um sentimento de insegurança e ressentimento que leva a atitudes positivas em relação às políticas nativistas” (Coffé, 2018). As mulheres, quando comparadas com os homens, “tendem a ser mais propensas a trabalhar no serviço social e no setor da saúde”, o que as leva a ter “uma atitude mais positiva em relação aos imigrantes” (*Ibidem*). A segunda razão prende-se com as atitudes autoritárias. Enquanto que os homens valorizam mais a lei, a ordem e a responsabilidade individual, as mulheres “são mais propensas a considerar soluções coletivas num mundo onde as pessoas cuidam umas das outras” (Coffé, 2018) e tendem a ser menos rígidas com as questões de lei e ordem. As mulheres opõem-se mais vezes ao uso da força e apoiam mais as políticas de compaixão em comparação com os homens. A terceira razão consiste no maior envolvimento das mulheres na igreja. A Igreja apela à tolerância e ao acolhimento dos imigrantes, nomeadamente dos refugiados. Estudos realizados indicaram que os indivíduos que frequentam regularmente a igreja têm atitudes mais positivas em relação aos imigrantes e são menos propensos a apoiar os partidos de direita radical populista quando em comparação com os que não frequentam. Sendo que as mulheres frequentam mais a igreja do que os homens, estas tendem a votar menos nos partidos de direita radical. A quarta razão consiste na ideologia dos próprios partidos, o modo como eles olham para os papéis de gênero e para o papel da mulher na sociedade. Os partidos de direita radical tendem a defender as “diferenças naturais” entre mulheres e homens. Contudo, as mulheres devem ser “protegidas” uma vez que são vitais para a sobrevivência

da nação. No entanto, ao longo das últimas décadas, os “níveis crescentes de educação e participação no mercado de trabalho e a influência emancipadora dos movimentos feministas” (Coffé, 2018), levaram a que as mulheres se tornassem mais liberais e mais defensoras das ideias feministas a que os partidos da direita radical populista se opõem. Por fim, a baixa participação e interesse das mulheres na política também contribuem para esta diferença de género entre homens e mulheres. Segundo Immerzeel, Coffé e Vander Lippe os indivíduos que têm um menor interesse pela política e pelas suas causas “tomarão conhecimento de novos desenvolvimentos políticos mais tarde do que cidadãos politicamente interessados e ativos” (Coffé,2018). Dado que as mulheres geralmente são menos interessadas e ativas politicamente, espera-se que elas sejam mais propensas a votar nos partidos mainstream em vez de políticos de direita radical.

Apesar de as razões acima explicarem a diferença de género entre homens e mulheres na votação de partidos de direita radical, alguns autores como Mayer e Mudde, argumentam que as mulheres não têm necessariamente atitudes menos rígidas em relação aos imigrantes do que os homens. Mayer também afirma que a situação económica mudou nos últimos anos e que nos dias de hoje não são só os empregos de colarinho azul que se encontram em risco, mas também os outros setores como os dos serviços, tornando assim as mulheres também vulneráveis aos efeitos da globalização. Além disso, embora os partidos de direita radical sejam movimentos seculares, estes apresentam-se como os guardiões das “sociedades judaico-cristãs” contra a ameaça islâmica. Coffé também analisou a influência que a classe social tem na probabilidade de mulheres e homens apoiarem a direita radical. O seu argumento parte da ideia de que embora a participação das mulheres no mercado de trabalho tenha aumentado nas últimas décadas, estas têm uma menor consciência de classe e ligações mais fracas com o mercado de trabalho.

Tendo em conta o número de mulheres a representar estes partidos, tanto a nível nacional como europeu e as razões que levam a que o seu eleitorado seja predominantemente masculino, a questão que surge é o que pensam estes

partidos sobre a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Ao longo da nossa história as mulheres foram sendo privadas de um conjunto de direitos que eram garantidos apenas aos homens, como por exemplo, o direito de votar. As diferenças físicas e psicológicas entre homens e mulheres eram utilizadas como argumentos para justificar esta discrepância de direitos. Contudo, nos últimos dois séculos, sobretudo a partir da década de 60 do século passado, tem-se assistido a um aumento dos direitos das mulheres ao ponto de em alguns aspetos estarem no mesmo patamar que os homens. No entanto, ainda existe um longo caminho a percorrer. Várias organizações internacionais e vários países têm implementado políticas de igualdade de género de modo a eliminar o espaço existente entre os direitos dos homens e das mulheres. Nos últimos anos políticas como as quotas de género nos parlamentos e em lugares de administração têm sido postas em prática com o objetivo de atingir a igualdade entre homens e mulheres. Estas políticas, se por um lado são apoiadas, por outro são contestadas. Tal como referido, o Vaticano, grupos e movimentos conservadores bem como os partidos populistas de direita radical são bastante críticos acerca das políticas de igualdade de género, afirmando que estas destroem a família e que os sexos masculinos e femininos são opostos e complementares ao mesmo tempo.

O modo como cada partido vê a igualdade entre homens e mulheres varia de país para país e dentro de cada país de partido para partido. Para analisar o modo como os partidos de direita radical veem a mulher e a igualdade de género, Cas Mudde faz uma distinção entre os partidos de direita radical populistas neo- tradicionais e modernos tradicionais. Para os primeiros as mulheres têm sobretudo a responsabilidade de criar os filhos e cuidar da casa, para além de terem mais empatia, um maior instinto de proteção, etc. Estes partidos não apoiam políticas que encorajem mulheres a trabalhar e favorecem as famílias numerosas. Já os segundos combinam visões tradicionais com elementos modernos promovendo a conciliação entre o trabalho e a educação dos filhos. As mulheres são economicamente independentes, querem ter uma carreira profissional, e “a responsabilidade familiar pelos filhos e pelo lar não são os únicos propósitos da mulher na vida” (Cit. Mudde e Kaltwasser, 2015).

No que diz respeito aos partidos dos países nórdicos a igualdade de género e as questões das mulheres raramente aparecem “nos manifestos eleitorais dos partidos populistas de direita radical e, quando o fazem, é tradicionalmente na secção sobre "política familiar" e cada vez mais no âmbito da “imigração”” (Mudde e Kaltwasser,2015). Nas políticas familiares, a imagem das mulheres retratada pelos partidos não é tipicamente tradicional, mas sublinha a importância das famílias e dos diferentes papéis dos homens e das mulheres no seio das famílias. A igualdade entre homens e mulheres é defendida como um valor nacional e ocidental. Tanto o DFP como o PVV consideram a igualdade de género como uma característica que define a cultura nacional, que tem de ser defendida contra influências "estrangeiras”, em especial o Islão.

A distinção feita por Cas Mudde foi utilizada num estudo feito por Lange e Mügge onde classificam todos os partidos populistas de direita radical dos Países Baixos como neo-tradicionais ou moderno-tradicionais. Enquanto que as ideologias de género do CD holandês e CP/CP'86 (partidos populistas nacionais ativos nos anos 80 e 90) são classificados como neo tradicionais, o VB (Interesse Flamengo, um partido populista nacional ativo desde os anos 80) é classificado como moderno-tradicional. Deste estudo destaca-se ainda o LDD (Libertário, Direto, Democrático) e do LPF (Lista Pim Fortuyn) (ambos os partidos populistas neoliberais fundados nos anos 2000), cuja ideologia não se enquadra no esquema classificatório de Mudde, uma vez que ambos “apoiam a igualdade salarial e a participação das mulheres no mercado de trabalho sem abraçar as visões neo tradicionais sobre as questões familiares ou de género” (Lange e Mügge, 2015).

Enquanto alguns partidos populistas de direita discutem questões de género "clássicas" (como a divisão do trabalho doméstico) e questões de género relacionadas com a imigração de não-ocidentais a LDD (Libertário, Direto, Democrático) apenas aborda as questões clássicas de género e não comenta as questões de género relativas à imigração ou ao Islão, enquanto que os manifestos do PVV (partido não incluído no estudo, mas que também é

populista de direita radical) mostram a tendência oposta. O foco do LDD é “quase exclusivamente na família, no feminismo, nas mulheres e nos direitos das mulheres. Os homens e a sua posição na sociedade raramente são mencionados explicitamente, enquanto as ideias sobre masculinidade estão ausentes de todos os manifestos” (Lange e Mügge, 2015). De acordo com o PC/CP'86 (Partido do Centro) holandês: "todas as pessoas são iguais. Homens e mulheres são totalmente iguais e têm direito a posições iguais na sociedade e devem ser tratados como tal. A emancipação não pode levar à (interferência do Estado) ou ao tratamento preferencial de um sexo em detrimento do outro" (Cit. Lange e Mügge, 2015). Os holandeses LPF, PVV e o VB Flamengo também fazem afirmações semelhantes.

Alguns partidos abordam a igualdade de género juntamente com as questões sobre a imigração e o Islão (LPF, PVV, VB) enquanto outros (CD, LDD) não consideram a igualdade de género um princípio geral e nem a relacionam com a imigração e o Islão. A Lista Pim Fortuyn afirma que “a emancipação significa verdadeira liberdade de escolha para homens e mulheres, de preferência com independência económica para todos. Individualmente e em conjunto, assumindo a responsabilidade pela vida em casa, no trabalho e no espaço público” (Cit. Lange e Mügge, 2015). No seu manifesto de 2002, o partido defendia “a igualdade salarial para trabalho igual e uma maior participação das mulheres no mercado de trabalho, especialmente daquelas que querem reintegrar-se no mercado de trabalho” (Lange e Mügge, 2015). Já a LDD afirma que a participação das mulheres no mercado de trabalho é relativamente baixa e deve ser aumentada através da introdução de “flexibilidade no mercado de trabalho e de instalações de boa qualidade para o cuidado das crianças” (*Ibidem*). Uma política familiar que subsidia os cuidados infantis garante que muitas jovens mães consigam conciliar o seu papel de mãe com o trabalho. No entanto, o partido defende um conjunto de medidas que também apoiam as famílias como “1) tornar a terapia familiar mais disponível, 2) impor períodos de arrefecimento em situações de conflito relacionadas com o divórcio, 3) reformar o direito da família para proteger os interesses dos filhos em caso de divórcio, 4) melhorar as regras de pensão alimentar e de visita, e 5)

melhorar a posição legal do progenitor que não é o principal responsável pela guarda” (Lange e Mügge, 2015). Os partidos populistas nacionais, o CD holandês e o CP/CP'86 (Partido do Centro) não abordam a questão da participação das mulheres no mercado de trabalho, enquanto o VB flamengo apenas a aborda no contexto da importância da educação dos filhos. Estes três partidos focam principalmente as questões éticas e familiares nos seus manifestos.

A relação entre a igualdade de gênero e o Islão nos Países Baixos encontra-se relacionada com os acontecimentos do 11 de Setembro assim como outros incidentes a nível nacional e internacional que reestruturaram a agenda dos partidos populistas de direita holandeses. O PVV vê a sua defesa da "emancipação das mulheres" à luz da "imigração em massa" e da "islamização" dos Países Baixos. Segundo Wilders este processo de “islamização” “atira décadas de emancipação das mulheres pela sanita” (Mudde e Kaltwasser, 2015). O PVV “opõe-se ao “apartheid islâmico de gênero” e quer que a mutilação genital feminina seja severamente punida” (*Ibidem*). Para estes partidos a igualdade de gênero é sobretudo um valor nacional que faz parte da cultura nacional. O DFP, “que só em muito poucos casos apoiou políticas de igualdade de gênero para as mulheres de etnia dinamarquesa, argumenta frequentemente que a igualdade de gênero é um “valor dinamarquês”” (Cit. Mudde e Kaltwasser, 2015). A LPF e PVV e o VB flamengo também veem o Islão como uma religião que não respeita a igualdade entre homens e mulheres impedindo a emancipação das mulheres muçulmanas. A discriminação das mulheres nos círculos fundamentalistas islâmicos é algo completamente inaceitável. Nos seus programas e manifestos estes partidos fazem referencia a ““práticas islâmicas” que violam os direitos das mulheres, como a mutilação genital, os homicídios por honra, a proibição de raparigas muçulmanas frequentarem o ensino secundário, a recusa de permitir que os médicos masculinos tratem as mulheres muçulmanas, a segregação de homens e mulheres em espaços públicos como hospitais, bibliotecas, teatros e piscinas, o uso do véu e do lenço de cabeça e a violência contra as mulheres” (Lange e Mügge, 2015).

Outra questão levantada por estes partidos é a exportação de benefícios infantis para os países de origem dos imigrantes. No final dos anos 80, o PC/CP'86 holandês alegou que a elegibilidade para os abonos de família deveria ser avaliada com base no local onde o beneficiário vivia. Por outras palavras, o seu objetivo era evitar que os imigrantes recebessem prestações sociais holandesas enquanto vivessem (parcialmente) no seu país de origem. O VB fez pedidos semelhantes, argumentando que deveria ser impossível receber benefícios para as crianças criadas no estrangeiro. O PVV declarou que não deveria haver "nenhuma exportação de prestações da segurança social (incluindo prestações relacionadas com cuidados a crianças e deficiência) para fora da UE", e que "todos os abonos de família enviados para países estrangeiros deveriam ser abolidos" (*Ibidem*).

O VB flamengo também quer que a taxa de natalidade das mulheres nativas aumente para garantir que os imigrantes não se apoderem da sociedade. Propõe várias medidas para tornar mais atrativo ter filhos, incluindo a concessão de um prémio de nascimento e o aumento dos abonos de família para os pais flamengos.

De acordo com o DFP, a Dinamarca é um país com "igualdade real de género" ao mesmo tempo que admite que a "plena igualdade de género" ainda não foi alcançada. Apesar do partido apoiar a igualdade de género, esta não é uma prioridade, para além de afirmar que não quer que o Estado "obrigue" a sociedade a tornar-se mais igualitária. O partido não considera as mulheres como um ser frágil que precisa de proteção estatal.

Ainda que os partidos populistas de direita radical dos países nórdicos se mostrem mais favoráveis a que haja uma igualdade entre homens e mulheres, embora em alguns casos numa ótica de "islamofobia", o mesmo não se verifica nos partidos do Europa do Sul e Oriental. Quase todos os exemplos na literatura e nos média sobre sexismo provêm da Europa Oriental e do Sul. Entre os partidos populistas europeus mais conservadores encontram-se os italianos, nomeadamente o ex-ministro italiano Silvio Berlusconi, "cujo sexismo implacável levou dezenas de milhares de italianos a assinar uma petição

intitulada "este homem ofende- nos - parem-no" e o ex-líder da Liga Norte Umberto Bossi, conhecido pelo seu ultrajante "slogan", La Lega Nord ce l'ha duro ("A Liga do Norte tem tesão")" (Mudde e Kaltwasser, 2015).

Na Polónia, o partido de direita radical populista Lei e Justiça que se encontra no poder desde 2015 representa o conservadorismo social e nacional defendendo "a preservação dos papéis tradicionais da família e do género" (Gwiazda, 2020). As mulheres são antes de tudo mães e o Estado deve garantir a proteção das mulheres grávidas e mães. O PiS "reiterou o aumento dos benefícios sociais para as famílias e o apoio às mulheres grávidas e prometeu pensões de reforma para as mulheres que desistissem das suas carreiras para criar os seus filhos" (Cit. Gwiazda, 2020), assim como a redução da idade da reforma feminina para os 60 anos. A "ideologia de género" é mencionada pela primeira vez pelo PiS no seu programa de 2014 como sendo incompatível com a identidade polaca, e "perigosa para as famílias porque mina os valores cristãos" (Cit. Gwiazda, 2020). O partido descarta as relações de poder desiguais de género e rejeita as reivindicações de discriminação sistémica de género. A discriminação contra as mulheres terminou com a restauração da soberania da Polónia em 1918. A Polónia é vista como um exemplo no que toca à igualdade política entre homens e mulheres. Os homens e as mulheres têm direitos iguais pelo que não se justifica continuar a lutar pelos direitos das mulheres. No país não se verifica a distinção entre homens e mulheres, uma vez que na Polónia todos são tratados de forma igual.

Esta postura anti-feminista do partido está ligada à influência da Igreja Católica dentro do partido e da sua componente iliberal, que se reflete na limitação dos direitos de certos grupos (por exemplo, LGBT) assim como na sua oposição à "ideologia de género". Contudo, as mulheres do PiS consideram-se feministas ainda que seja um tipo de feminismo diferente. Estas dizem-se ser feministas de direita, ou feministas conservadoras. Este tipo de feminismo incorpora certas ideias feministas liberais, tradicionais e nacionais. Segundo Beata Szydło, membro do PiS, as feministas através das suas ações e slogans muitas vezes não ajudam as mulheres. Estas deveriam ser capazes de apoiar

todas as mulheres, independentemente do ponto de vista que tenham sobre a sua condição na sociedade. O PiS é a favor das mulheres, mas prefere focar-se no que as mulheres podem fazer pelos polacos, tanto homens como mulheres, que é ter filhos. Szydło destaca o programa Família 500+ representando assim a “típica postura socialmente conservadora que vê as mulheres através do prisma da família” (Gwiazda, 2020).

No manifesto de 2019 o partido comprometeu-se a eliminar a diferença salarial entre homens e mulheres. Este tópico do manifesto foi apresentado no contexto da igualdade de género no local de trabalho e foi longamente discutido (ao longo de três páginas). O manifesto também mencionava, embora de forma breve, a conciliação do trabalho com a criação de filhos. Este aspeto das vidas mulheres apesar de ter sido referido neste manifesto de 2019 e noutros anteriores nunca mereceu grande atenção por parte do partido o que veio a mudar muito devido às “vozes feministas conservadoras mais fortes e ao fórum das mulheres dentro do partido” (*Ibidem*).

Em janeiro de 2019 em Lublin, uma cidade no leste da Polónia, foi criado o PiS Women's Forum. O seu objetivo é unir as mulheres e lutar pela sua representação na política e na sociedade. Para uma das suas fundadoras a criação do fórum trata-se de algo pioneiro na Polónia. O fórum representa o feminismo de direita e pode vir a tornar-se num potencial órgão do partido. O fórum procura apoiar as mulheres nas suas carreiras profissionais bem como as mães e esposas que recebem apoios “através do programa Família 500+ e Mama 4 Plus, que oferece benefícios de pensão às mães que criam quatro ou mais filhos” (*Ibidem*). A introdução de quotas de género para lugares nas autoridades governamentais locais não é algo essencial nem prioritário para este fórum que valoriza a “meritocracia em detrimento da ação afirmativa” (Cit. Gwiazda, 2020). O PiS também é expressamente contra a adoção de quotas de género na política. De acordo com uma deputada do PiS “as quotas eram desnecessárias porque a maioria das mulheres queria realizar-se como esposas e mães” (Cit. Gwiazda, 2020). As quotas de género “desafiavam os valores tradicionais e destacavam a discriminação de género” (Gwiazda, 2020). As

quotas legislativas de género foram, no entanto, aprovadas pela coligação de partidos então no poder e estipulava que pelo menos 35% de todos os candidatos deveriam ser mulheres. O PiS acabou por ser obrigado a cumpri-las uma vez que em caso de incumprimento não poderia registar as suas listas para as eleições nem concorrer a elas. Quando chegou ao poder o partido não revogou as quotas de género, mas também não cumpriu com a percentagem estipulada. Nas listas feitas pelo partido durante as eleições as mulheres encontravam-se nos lugares mais baixos o que resultou numa baixa percentagem geral de mulheres eleitas. Em 2011, 17% dos deputados do PiS no parlamento eram mulheres enquanto que em 2015 passou para 23% e em 2019 para 24%. Já a Plataforma Cívica, principal partido da oposição, teve 35%, 36% e 37%, respetivamente. A Plataforma Cívica “utiliza regulamentos internos para colocar as candidatas femininas em posições de topo nas listas” (*Ibidem*) ao contrário do PiS. Embora tenha cumprido formalmente a lei, estas práticas informais do PiS levaram a uma implementação ineficaz das quotas de género e a uma percentagem menor de deputadas eleitas.

A ratificação da Convenção do Conselho da Europa de 2011 sobre prevenção e combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica (conhecida como a Convenção de Istambul) foi bastante discutida na Polónia. Quando se deu a votação, todos os deputados do PiS votaram contra a Convenção alegando que esta ameaçaria a família e os valores tradicionais polacos. Durante o debate sobre a ratificação um deputado do partido afirmou que a Convenção não iria proteger as mulheres, mas sim atender aos objetivos da comunidade LGBTI que pretendia ensinar às crianças em idade escolar as identidades de género não tradicionais. A Convenção acabou por ser aprovada, mas quando o PiS chegou ao poder anunciou a saída da Polónia da mesma.

Mais no Sul da Europa, em Espanha, o partido de direita radical populista VOX também defende “a proteção do direito à vida e os valores familiares tradicionais” (Suárez,2021). O partido propõe medidas que permitam a conciliação da vida profissional e familiar da mulher como a promoção do teletrabalho e do trabalho a tempo parcial e o aumento da licença de

maternidade para os 180 dias. Na educação os alunos devem ter o consentimento dos pais para a aprendizagem de matérias cujo conteúdo seja ético, social, moral e sexual e durante os processos de divórcio os menores devem usufruir de proteção através da guarda conjunta.

Segundo este partido, o feminismo é uma ideologia que se opõe à família. Os partidos de esquerda são vistos como destruidores da família tradicional, que ao permitirem o direito ao aborto não defendem a proteção da vida humana. Além disso, estes partidos de esquerda questionam o conceito de gênero, argumentando que se trata de uma construção cultural e não biológica, o que para o partido é algo sem sentido. As instituições que promovem a igualdade gênero ou atendem a população imigrante são acusadas de implementarem de “políticas de feminismo de estado” e de fazerem parte de uma elite privilegiada que se apodera dos recursos do Estado. Estas instituições são instituições ideológicas e, por isso, não devem ser subsidiadas pelo Estado. As políticas de violência de gênero discriminam os homens por não lhes conceder os mesmos direitos que são concedidos às mulheres em caso de denuncia de violência doméstica. Contudo, o partido defende o aumento das penas de prisão para agressores sexuais e para os condenados por violência doméstica. De acordo com Suárez este “populismo punitivo serve para se proclamarem defensores das mulheres, diante das forças liberais que reduziriam as penas de prisão para esses crimes” (Suárez, 2021).

A “islamofobia” também se encontra presente nos discursos, manifestos e programas eleitorais. Estabelece uma ligação entre a imigração irregular de muçulmanos e a violência sexual entre as mulheres espanholas nativas. As mulheres são assim utilizadas “para definir uma agenda anti-imigração, promover um modelo anti-multicultural e demonstrar a sua aversão à comunidade imigrante muçulmana” (Suárez, 2021). Estas juntamente com as suas famílias são representadas como potenciais vítimas nas mãos dos imigrantes, tendo os homens nativos a obrigação de proteger as suas mulheres e família e, por sua vez, a nação. Os outros partidos políticos são acusados de fracassarem nas suas tentativas de proteger as mulheres dos ataques dos

imigrantes e oferece como solução o aumento das penas associadas a esses crimes.

2.4.1: A família

Desde o período pré-histórico que a família faz parte da vida do homem. A família sempre acompanhou a evolução da humanidade desde a sua criação até aos dias de hoje evoluindo e adaptando-se às mudanças das próprias sociedades. Se há umas décadas atrás a família era apenas constituída por um homem e uma mulher mais os seus filhos, atualmente existem vários tipos de famílias como a monoparentais ou as homoparentais.

Para os partidos de direita radical populista a família é a base da sociedade e é importante protegê-la e preservá-la. Em alguns casos a família assume uma componente nacionalista, como é o caso do VB flamengo. De acordo com o partido “a construção da família contribui para a estrutura orgânica fundamental da nação. Afinal, a família desempenha um papel vital na continuidade do povo e, portanto, o nacionalismo deve partir de uma conceção equilibrada da família” (Cit. Lange e Mügge, 2015). Da mesma forma, o PVV enfatiza a importância crucial da família, ou seja, criar e educar as crianças e os futuros cidadãos, mas não enfatiza o papel específico da mãe neste processo. Outros partidos como CD holandês propõe medidas que dificultem o divórcio entre casais com filhos menores e a proibição do divórcio nos primeiros dois anos do casamento. Apesar da sua oposição inicial ao divórcio e a coabitação o VB flamengo ajustou a sua posição em resposta às circunstâncias contemporâneas. Em manifestos recentes, o partido não incentiva a separação, mas menciona as dificuldades que as famílias podem enfrentar devido a relacionamentos fracassados. Nesse sentido, o VB apoia iniciativas de formação de parceiros para o desenvolvimento de relações sustentáveis.

O DFP destaca a importância da família tradicional para a sociedade. Os laços de intimidade entre marido e mulher e pais e filhos são os pilares da sociedade dinamarquesa, sendo para isso necessário garantir às famílias melhores condições.

O VOX defende a “família natural”, a divisão dos papéis de gênero e o nativismo. A “ideologia de gênero” tem como objetivo “impor os seus princípios ao sistema educacional, demonizar os homens, pelo simples fato de serem um, e por não lhes conceder o mesmo direito de denunciar situações de violência no âmbito familiar” (Suárez,2021). O partido defende de forma intransigente a família propondo um conjunto de “políticas amigas da família que levam à reconstrução da figura da mãe como principal cuidadora, como o aumento da licença de maternidade, o apoio económico às famílias com crianças e benefícios para famílias numerosas” (Suárez,2021).

2.4.2: O aborto

Ao abordar a questão da igualdade de gênero surgem também outras questões relacionadas com a mulher como o aborto e a família. No caso do aborto a sua legalização ficou a dever-se muito à luta das mulheres e dos grupos feministas que contribuíram para que o aborto fosse legal numa parte dos países do mundo. No entanto, continua a haver países onde o aborto é completamente ilegalizado, havendo penas de prisão para quem o pratique. Em 2007 foi realizado um referendo em Portugal que permitiu a legalização do aborto até às 10 semanas de gestação, independentemente do motivo.

Para o CD holandês, o CP/CP'86 e o VB flamengo o aborto é considerado um “assassinato em massa” e algo “inaceitável”. Já para o PVV o aborto não é uma grande preocupação, não sendo mencionado nos programas eleitorais do PVV, para além de dividir a opinião dos outros membros do partido. Enquanto que para alguns deputados o prazo para o aborto deveria ser limitado das atuais 24 semanas para 18 ou até 12 semanas, outros querem fazer com que quem proceda a um aborto pague pelo mesmo. O DFP só colocou a questão do aborto

no seu programa de 2009, sendo a favor da atual lei do aborto na Dinamarca. No entanto, considera preocupante que haja uma grande adesão ao aborto, embora as mulheres devam ter o direito de optar pelo aborto.

Na Polónia, a Lei de 7 de janeiro de 1993 permite que o aborto seja realizado “se a gravidez for resultado de um crime, se existirem problemas graves no desenvolvimento do feto, ou se a vida da mãe estiver em perigo” (*Ibidem*). O PiS é contra a liberalização da lei do aborto, apoiando “a dignidade de todas as pessoas e a proteção da vida desde a concepção” (Cit. Gwida, 2020). Em 2016, a proibição total do aborto proposta pela facção ultraconservadora do partido desencadeou vários protestos que reuniram milhares de pessoas, tendo o PiS retirado o seu apoio à proibição total do aborto. O partido encontra-se dividido sobre esta questão. Enquanto que a maior parte dos membros do partido apoia a lei de 1993, a facção ultraconservadora apoia a sua proibição total. O partido também restringiu o acesso à contraceção de emergência. Para além do aborto, o partido também não é favorável ao recurso de tecnologias reprodutivas como a fertilização in vitro. Em janeiro de 2016, o PiS cortou o financiamento estatal para o tratamento de fertilização in vitro, introduzido em 2013 pelo Governo da Plataforma Cívica e que “estipulava que o Estado cobriria as despesas de até três ciclos de fertilização in vitro para mulheres menores de 40 anos (casadas ou coabitando) que já tivessem sido tratadas por infertilidade por pelo menos um ano antes de aderir ao programa” (Gwiazda, 2020). Após a decisão do PiS, vários governos locais passaram a financiar o programa de tratamento da FIV. Na substituição do programa da FIV, o Ministro da Saúde do PiS anunciou um financiamento adicional para a Tecnologia Procriativa Natural, um programa de tratamento ginecológico de rotina.

Esta visão do aborto é também partilhada pelo VOX que defende o fim o financiamento público para o aborto. Se alguma mulher quiser abortar ela mesma terá que arcar com os custos. Tal como o PiS, o VOX defende que a vida deve ser protegida desde a sua concepção até ao fim.

2.5: As questões LGBT

Se relativamente à igualdade entre homens e mulheres existem diferenças entre os partidos populistas da direita, nomeadamente entre os partidos do norte e do sul e leste da Europa, o mesmo acontece nas questões LGBT.

Falar da questão LGBT enquadrada na “ideologia de género” é falar de tudo aquilo que envolve a questão em si como a propaganda LGBT, o casamento entre pessoas do mesmo sexo, a adoção de crianças por parte de casais homossexuais, as mudanças de sexo, o reconhecimento das pessoas transsexuais entre outras.

No que diz respeito a estas questões, os partidos populistas de direita do Norte parecem, pelos menos aparentemente, ser a favor dos direitos e das comunidades LGBT. Em alguns casos, como o partido Alternativa para a Alemanha ou no partido LPM os seus líderes são homossexuais assumidos. Contudo, esta aceitação e defesa dos direitos LGBT é feita numa ótica de islamofobia. Tal como na igualdade entre homens e mulheres, os partidos populistas de direita radical dos países nórdicos comparam o que foi alcançado no que toca a direitos e liberdades da comunidade LGBT com as práticas culturais do Islão, afirmando que a imigração em massa de muçulmanos ameaça a conquista de direitos por parte da comunidade LGBT. Já no caso dos países do sul e especialmente do leste da Europa não se observa esta comparação, sendo os partidos contra a imigração no geral e a comunidade LGBT, tendo tomado e estado a tomar medidas que restringem os seus direitos.

Neste trabalho são abordadas três das principais questões LGBT que se enquadram na “ideologia de género”: a “ideologia LGBT”, o casamento e a adoção de crianças por parte de casais homossexuais.

2.5.1: A “propaganda” LGBT

A expressão “ideologia LGBT” é utilizada por todos aqueles que se opõem às questões LGBT, incluindo os partidos populistas de direita radical do sul e

do leste da Europa. Nos últimos anos temos vindo assistir a uma regressão da conquista de direitos por parte da comunidade LGBT em países como a Polónia e a Hungria.

Para o PiS (Partido Lei e Justiça que atualmente se encontra no poder na Polónia) a “ideologia” LGBT é uma ameaça para os valores cristãos. Muitos políticos do PiS defendem que as marchas LGBT forcem comportamentos sexuais não convencionais e “encorajam desnecessariamente a exibição pública da sexualidade” (Público, 2021). Algumas cidades do país passaram a declarar-se “zonas livres de LGBT”, ou seja, cidades que se dizem contra a “ideologia” LGBT. Um jornal conservador apoiante do governo Gazeta Polska chegou a distribuir autocolantes com uma cruz preta com as palavras "Strefa Wolna Od LGBT" (zona livre de LGBT). Vários políticos e ativistas pró LGBT “expressaram a sua preocupação em relação aos autocolantes, que promovem o ódio e a intolerância e podem incitar a violência contra a comunidade LGBT no país” (Diário de Notícias, 2019). O editor do jornal, Tomasz Sakiewicz, disse que acampanha não foi direcionada contra qualquer indivíduo especificamente, mas contra aqueles que tentam censurar visões críticas da "ideologia LGBT". O objetivo dos autocolantes era provar que a censura no que toca à “ideologia LGBT” existe. Para o editor as críticas feitas aos autocolantes são “a melhor prova que a “ideologia” LGBT é totalitária” (Diário de Notícias, 2019). Em reação ao sucedido o governo liderado pelo PiS afirmou que a Gazeta Polska deveria ser livre de publicar, sob as leis de liberdade de expressão da Polónia. O grupo ILGA-Europe, de defesa dos direitos LGBT, classificou a Polónia como o pior país na defesa dos direitos das minorias sexuais dentro da União Europeia.

Na Hungria aprovou-se um conjunto de leis que proíbem a divulgação de conteúdo a menores de 18 anos que “mostre ou promova a sexualidade, a mudança de sexo ou a homossexualidade” (Público, 2021). Esta medida foi aprovada com outras que têm como objetivo combater a pedofilia. As associações de defesa dos direitos humanos assim como as organizações LGBT do país criticaram a lei afirmando que a sua inclusão num pacote de medidas

contra a pedofilia fazia equivaler os homossexuais aos pedófilos. A sua aprovação levou a que os líderes dos países Europeus se reunissem no Conselho Europeu, pressionando Orbán a recuar na legislação que vão contra os valores europeus. O primeiro-ministro holandês, Mark Rutte, chegou mesmo a convidar a Hungria a sair da UE por considerar que esta não quer partilhar os valores europeus.

O reconhecimento de pessoas transsexuais é também proibido na Hungria e as formações de educação sexual nas escolas estão a cargo de um grupo de organizações fixadas pelo Governo. A proibição das campanhas de sensibilização é comparada às leis russas de 2013 que também proíbem as campanhas LGBT junto dos jovens. O Fidez (partido no poder na Hungria) defende que os jovens têm o direito de “se identificarem com o seu género de nascimento e assegura que a sua educação seja baseada na identidade constitucional da nação e nos valores baseados na cultura cristã” (Cit. Público, 2021).

2.5.2: O casamento

Se a “propaganda” e “ideologia LGBT” não é permitida nestes na Hungria e na Polónia, nomeadamente entre os mais jovens, o casamento também não é exceção.

Para o Fidez a família é constituída por uma mãe mulher e um pai homem, estando esta definição escrita na constituição do país. O casamento homossexual foi proibido o que levou a que a Hungria fosse considerada um dos países mais intolerantes da Europa. De acordo com uma “sondagem do Eurobarómetro de 2019, a maioria dos húngaros (53%) discorda com a frase “não há nada de errado com uma relação sexual entre pessoas do mesmo sexo” (Cit. Público, 2021). Em maio de 2019 o presidente do Parlamento, László Kövér comparou casais do mesmo sexo com filhos a pedófilos acrescentando que os “homossexuais normais” tentam adaptar-se em vez de procurarem a igualdade e em fevereiro de 2020 Orbán disse numa entrevista que se um dos

seus filhos fosse homossexual “seria um grande teste”, mas que “até agora o bom Deus” (Público, 2021) o tem poupado a isso.

O mesmo acontece na Polónia com o Presidente do partido PiS, Andrzej Duda, ao apresentar um conjunto de medidas que tinham como objetivo de promover os “valores da família”, e que incluem a proibição do casamento entre pessoas do mesmo sexo e da adoção de crianças por homossexuais (solteiros e casados), bem como o fim do ensino de temas como a defesa dos direitos LGBT nas escolas. Para Duda a “ideologia” LGBT é “ainda mais destrutiva” que o comunismo.

2.5.3: A adoção

No caso da adoção, a lei da Polónia permite que as autoridades verifiquem o estatuto de coabitação das pessoas que queiram adotar sozinhas uma criança. Se viverem com alguém do mesmo sexo, não é possível adotar.

Assim sendo é possível verificar que na questão da igualdade de género e LGBT os partidos populistas de direita radical mostram algumas diferenças ideológicas. Enquanto que os países do norte da Europa manifestam uma visão mais liberal defendendo uma total emancipação da mulher e mostrando-se a favor das questões LGBT, embora num contexto de islamofobia, os países do sul e do leste são mais conservadores destacando o papel da mulher enquanto mãe e dona de casa e adotado um conjunto de medidas que tem como objetivo limitar os direitos LGBT.

Será que o partido Chega também é conservador como os países do sul e do leste ou é uma exceção?

Capítulo 3: Apresentação e discussão dos dados

Tal como referido anteriormente, os principais inimigos do Chega são o “aborto, eutanásia, homicídio, parselhas gay, “ideologia de género”, adoção gay, casamento gay, barrigas de aluguer, drogas e traficantes, imigrantes ilegais, terroristas islâmicos, pedófilos e violadores, marxismo cultural, estalinismo fascista, nacional-socialismo totalitário, esquerdismo doentio e/ou psicopata” (Marchi, 2020).

De acordo com o manifesto de 2019 o Chega “veio para recusar (...) muito daquilo que hoje é tido por padrão de normalidade” (Chega,2019) bem como “o marxismo cultural e todo o seu cortejo de aberrações disformes e de realidades alternativas absurdas”, a “ditadura da Ideologia de Género e o aborto-a-pedido ou as cirurgias de mudança de sexo pagas pelos contribuintes” (*Ibidem*).

O tema da “ideologia de género” e as questões relacionadas com esta ideologia, como a igualdade de género e as questões LGBTI são relativamente pouco abordadas e/ou referidas pelo Chega. Nos seus programas, manifestos e documentos oficiais a ideologia de género, a igualdade de género e as questões LGBTI aparecem de forma remota e pouco desenvolvidas. Contudo, a informação disponível é suficiente para conseguir fazer uma análise sobre o tema da “ideologia de género”. Esta divide-se em duas categorias (igualdade de género e questões LGBTI), que por sua vez são divididas em subcategorias que nos permitem assim tirar algumas conclusões como a ideologia de género é vista pelo Chega.

3.1 Apresentação dos dados

A tabela 1 mostra o número de vezes que a ideologia de género e as duas questões da igualdade de género e LGBTI foram referenciadas e abordadas a partir dos manifestos, programas, documentos oficiais do Chega assim como discursos, intervenções no parlamento e entrevistas dadas por André Ventura.

Tabela 1: Referências à “Ideologia de Género”, Igualdade de Género e Questões LGBTI

	“Ideologia de Género”	Igualdade de Género	Questões LGBTI
Manifesto Político	x	x	x
Manifesto Europeias 2019	x	x	
70 medidas para Reerguer Portugal	x	x	x
Programa Político 2021		x	
100 medidas para Reerguer Portugal		x	x
Programa Legislativas 2022	x	x	
Discurso VII Concelho Nacional		x	x
Intervenção Parlamento	x	x	
Entrevista SOL		x	x
Entrevista Kuriakos TV		x	x

Fonte: autoria própria

Ao analisar a tabela é possível concluir que a questão da Ideologia de Género em si é a menos referenciada enquanto a questão da igualdade de género é a mais referenciada e abordada. O manifesto político e as “70 medidas para reerguer Portugal” são os únicos documentos onde a ideologia de género e as categorias da igualdade de género e LGBTI são abordadas. As restantes fontes ou abordam a ideologia de género e a questão da igualdade de género ou a questão LGBTI juntamente com a igualdade de género. O programa político de 2021 é o único documento que aborda a categoria da igualdade género que se encontra presente em todos os documentos, entrevistas e intervenções analisados.

Dentro desta categoria existem as subcategorias da família e do aborto para além da igualdade de género em si. Já no que toca à categoria da questão LGBTI está dividida na propaganda LGBTI, no casamento entre casais homossexuais e na adoção por parte destes.

Tabela 2: Referências à igualdade de género em si, família e aborto

	Igualdade de Género	de Família	Aborto
Manifesto Político			X
Manifesto Europeias 2019		X	
70 medidas para Reerguer Portugal	X	X	X
Programa Político 2021			X
100 medidas para Reerguer Portugal	X	X	X
Programa Legislativas 2022		X	
Discurso VII Concelho Nacional		X	
Intervenção Parlamento		X	
Entrevista SOL			X
Entrevista Kuriakos TV		X	

Fonte: autoria própria

A partir da tabela 2 é possível verificar que o único documento que aborda a categoria da igualdade de género e as suas subcategorias (família e aborto) são as “70 medidas para reerguer Portugal”. A igualdade de género em si é a menos abordada sendo apenas referida apenas nas “70 medidas para

reerguer Portugal” e nas “100 medidas para reerguer Portugal” o que contrasta com a família que é abordada em praticamente em todas as fontes analisadas, à exceção do manifesto político do partido e da entrevista ao jornal SOL. Por fim, o aborto é abordado no manifesto político do partido, nas “70 medidas para reerguer Portugal”, nas “100 medidas para reerguer Portugal” e na entrevista ao jornal SOL.

Tabela 3: Referências ao aborto

	Medidas Opcionais	Isenção de Taxas
Manifesto Político		x
Manifesto Europeias 2019		
70 medidas para Reerguer Portugal	x	
Programa Político 2021		
100 medidas para Reerguer Portugal		
Programa Legislativas 2022		
Discurso VII Concelho Nacional		
Intervenção Parlamento		
Entrevista SOL		x
Entrevista Kuriakos TV		

Fonte: autoria própria

O aborto parece ser um assunto que merece pouco destaque tendo em conta as poucas vezes que é referido nos seus manifestos, programas e documentos oficiais (tabela 3). O aborto encontra-se dividido em duas subcategorias: o fim do financiamento do estado e nas alternativas do mesmo. Esta última forma encontra-se apenas presente nas “70 medidas para reerguer Portugal”, onde o partido propõe reformar as leis da adoção e a disponibilização de mais informações sobre alternativas ao aborto e maior assistência. Já o fim do financiamento do estado para o aborto é uma das “100 medidas para reerguer Portugal”. No manifesto político do partido, o Chega diz recusar o aborto “pedido a pedido” enquanto que na entrevista que deu ao SOL, André Ventura disse não ser capaz de colocar um processo crime contra uma mulher que abortou.

Tabela 4: Referências à família

	Célula da Sociedade	Família Natural	Ministério da Família	Medidas de Apoio	Questão da Educação
Manifesto Político					
Manifesto Europeias 2019	x	x			
70 medidas para Reerguer Portugal				x	x
Programa Político 2021	x	x	x		
100 medidas para Reerguer Portugal	x			x	x
Programa Legislativas 2022	x	x	x		
Discurso VII Concelho Nacional	x	x	x	x	
Intervenção Parlamento					x
Entrevista SOL					
Entrevista Kuriakos TV	x	x	x	x	x

Fonte: autoria própria

A subcategoria família é a mais abordada e referenciada pelo Chega no seio da categoria da igualdade de género. Esta subcategoria divide-se de várias subcategorias: a família como célula base da sociedade, a família natural, a criação de um ministério da família, as medidas de apoio às famílias e a educação como um dos principais direitos da família (tabela 4).

Todas estas subcategorias são referidas todas de uma só vez apenas na entrevista dada por Ventura à Kuriakos TV durante a campanha para as eleições legislativas de 2022, contrariamente ao que acontece na entrevista dada ao jornal SOL e ao manifesto político do partido onde não há nenhuma referencia à categoria da família e as suas subcategorias.

A seguir à entrevista dada à Kuriakos TV, o discurso de abertura do VII Conselho Nacional é o que mais subcategorias sobre a família contém, não tendo apenas a questão da educação como um dos principais direitos da família. As restantes fontes abordam apenas duas ou três subcategorias e no caso da intervenção feita no parlamento no caso de um projeto lei sobre a disciplina de cidadania nas escolas apenas abordada a subcategoria da educação como um dos direitos das famílias.

Tabela 5: Questões LGBTI

	Direitos LGBTI	Propaganda LGBTI	Casamento	Legalização da Adoção	Mudanças de Sexo
Manifesto Político					x
Manifesto Europeias 2019					
70 medidas para Reerguer Portugal		x			
Programa Político 2021					
100 medidas para Reerguer Portugal		x			
Programa Legislativas 2022					
Discurso VII Concelho Nacional	x		x		
Intervenção Parlamento					
Entrevista SOL	x		x	x	
Entrevista Kuriakos TV					

Fonte: autoria própria

A categoria LGBTI divide-se em 5 subcategorias: aceitação da existência de uma comunidade LGBTI em Portugal, a “propaganda LGBTI”, a legalização do casamento entre casais homossexuais e da adoção por parte destes casais e as mudanças de sexo.

As subcategorias acerca da legalização da adoção por parte de casais homossexuais e as mudanças de sexo são apenas referenciadas uma vez na entrevista dada ao SOL e no manifesto político do partido, respetivamente.

As outras subcategorias são referenciadas apenas duas vezes e em fontes diferentes. A aceitação de uma comunidade LGBTI em Portugal e a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo são ambas referenciadas no discurso de abertura do VII Concelho Nacional e na entrevista ao SOL. Já a “propaganda LGBTI” é abordada nas “70 medidas para reerguer Portugal” e nas “100 medidas para reerguer Portugal” estando associada à sua proibição no sistema de ensino e à autorização por parte dos encarregados de educação na abordagem de assuntos com conteúdo ético, moral, sexual, cívicos e religiosos.

A “ideologia de género” e as questões a si associadas não são de facto muito abordadas pelo Chega. No entanto, é possível, ainda assim, aferir como o partido concebe esta “ideologia”.

3.2 Discussão dos resultados

3.2.1 Igualdade de Género

Ao observarmos os documentos oficiais do Chega (programas eleitorais, manifestos e os dois documentos com as medidas para “Reerguer Portugal”) é possível verificar que existem algumas diferenças em relação aos seus congéneres europeus no modo de ver a “ideologia de género”.

Nas “70 medidas para Reerguer Portugal”, documento criado no início da fundação do partido em 2019 o Chega, tal como os partidos populistas de direita radical europeus, defende a abolição das quotas de género. O partido defende “uma sociedade justa e não com base na discriminação, baseada “no mérito, onde os melhores não serão prejudicados pelos medíocres”” (Chega, 2019). Neste mesmo documento, o Chega também defende a revogação da Lei de Género e Igualdade propondo criar uma “verdadeira Lei da

Igualdade entre Homens e Mulheres” (*Ibidem*). Contudo, não especifica qual é a lei que substituiria a atual lei e garantia a “verdadeira Lei da Igualdade entre Homens e Mulheres” (*Ibidem*). Esta ideia é repetida nas “100 medidas para reerguer Portugal” que foram criadas em 2022 e que serviram de complemento para o programa político das eleições legislativas de 2022. O Chega diz “promover uma verdadeira igualdade social entre Mulher e Homem, fechando definitivamente a porta a todos os estigmas e dogmas ideológicos, exponenciados nos últimos anos e que muito tem contribuído para conflitos de género, valorizando-se e respeitando-se a singularidade de cada ser humano e assumindo as naturais diferenças entre Mulher e Homem, não como uma fonte de problemas, mas como um riquíssimo universo de mais valias” (Chega,2022).

Mais uma vez não é especificado de que modo é que a igualdade social entre mulheres e homens vai ser alcançada. No entanto, verifica-se que ao contrário dos outros países populistas de direita radical, o Chega não afirma que em Portugal existe uma igualdade plena entre mulheres e homens e que já não é necessário fazer algo em relação a isso. Algumas influências do movimento anti-género estão presentes no modo como o Chega vê a questão da igualdade de género. Tal como os anti-género, há uma rejeição dos “estigmas e dogmas ideológicos, exponenciados nos últimos anos e que muito tem contribuído para conflitos de género” (*Ibidem*), ou seja, rejeição das bases dos estudos de género. O modo de ver as diferenças entre homens e mulheres também parte da influência do movimento anti- género e da igreja católica. Homens e mulheres são diferentes e isso é algo natural. As diferenças entre si devem ser vistas não como um problema, mas sim como uma forma de dois seres se complementarem.

3.2.1.1 A família

Como referido anteriormente a família é para a maioria dos partidos populistas radicais de direita a base da sociedade. É a família que transmite os valores e as tradições de casa pais. Para o Chega a família é a “célula base

que garante a preservação, renovação e socialização da ordem moral e da cultura cívica” (Chega, 2021). Para além desta definição de família há ainda o conceito de família natural que consiste “na relação íntima entre uma mulher e um homem” (*Ibidem*), sendo esta “uma realidade psicossociológica e socioeconómica anterior ao Estado, historicamente estável e humanamente insubstituível” (*Ibidem*). A família natural “transmite a vida e todo um conjunto de equilíbrios afetivos, emotivos e comportamentais, assim como de saberes, tradições e património que sustentam a dignidade e prosperidade dos indivíduos e dos povos” (*Ibidem*).

A ideia da família como base da sociedade vai de acordo com a ideia que os partidos de direita radical populistas europeus têm sobre a família e do movimento anti-género que a considera a “base da sociedade”, o “santuário da vida”. Segundo o DFP os laços de intimidade entre marido e mulher e pais e filhos são os pilares da sociedade dinamarquesa. A família ideal é aquela que é constituída por um homem e uma mulher juntamente com os seus filhos e é responsável pela socialização e educação dos indivíduos. O Estado apenas deve fornecer “os mecanismos de sociedade, de educação técnicos, científicos” para as crianças “se desenvolverem do ponto de vista da personalidade, do ponto de vista profissional”⁶. O direito da família de educar está bem presente nas 70 e nas 100 medidas para reerguer Portugal onde cada “atividade com conteúdo de valores éticos, sociais, cívicos, morais, religiosos ou sexuais” (Chega,2019) deve ser autorizada pelo encarregado de educação do aluno até ao Ensino Secundário. No seu discurso de abertura do VII Concelho Nacional, Ventura admitiu que o Chega reconhece existir outros tipos de família, contudo afirma que o partido não tem medo “de defender que há um conceito de família natural que é anterior ao próprio Estado” (Chega,2021).

Na entrevista que deu à Kuriakos TV durante a campanha para as eleições legislativas de 2022 André Ventura afirmou que a família “é hoje uma instituição sob ataque no contexto europeu”. Os dirigentes europeus são acusados de quererem destruir a família tradicional ao estar a proteger outros

⁶ Ver anexo 10

tipos de famílias. No manifesto para as eleições Europeias de 2019, as primeiras que o partido participou, o Chega proponha-se a lutar “por leis e formas específicas de apoio à família como tal” (Chega, 2019), ou seja, medidas de apoio para a família nuclear (pai, mãe e filhos) e alargada (avós, pais e netos). Já no Programa para as Legislativas de 2022 há uma proposta para a criação de um ministério da Família. Este ministério teria como principal objetivo colocar a família de novo no centro da sociedade ao mesmo tempo que apoia as famílias nomeadamente as famílias numerosas. Para Ventura “defender as famílias numerosas hoje é um sinal à natalidade e é um sinal que é importante reverter a regressão demográfica em que Portugal tem vivido” (Chega, 2022). Portugal está a passar por um “inverno demográfico” e são necessárias medidas de apoio à natalidade. O apoio às famílias numerosas é um ponto em comum com os outros partidos de direita radical, nomeadamente o PiS.

Nas “100 medidas para reerguer Portugal” apresenta-se um conjunto de medidas de apoio às famílias que consiste em benefícios fiscais às famílias numerosas, a garantia de condições mínimas de sobrevivência e o aumento das licenças de maternidade e paternidade. Este aumento das licenças foi inicialmente apenas pensado para as mulheres como é possível verificar no documento das 70 medidas. No entanto, nas “100 medidas” esse aumento também passou a ser aplicável aos homens, o que pode indicar uma visão mais igualitária do papel da mãe e do pai no seio da família. Muitos partidos de direita radical que ainda continuam a defender apenas o aumento da licença de maternidade, como por exemplo, o VOX. A visão da mulher como sendo essencialmente mãe não se encontra visível em nenhuma das medidas analisadas. Para além disso, não existem medidas que abordem a questão da conciliação do trabalho da mulher com a maternidade como acontece com o PiS ou o VOX. Medidas que levem a que as mulheres abandonem a sua carreira ou se reformem mais cedo, como acontece na Polónia onde a idade de reforma feminina é aos 60 anos não são de todo mencionadas nos programas, manifestos, documentos, entrevistas e discursos analisados. A componente

nacionalista da família, no sentido em que esta é importante para evitar uma “substituição demográfica” por parte dos imigrantes também não se verifica.

3.2.1.2 O aborto

O aborto é talvez dos assuntos onde se patenteiam mais diferenças entre os partidos populistas de direita radical. Enquanto que uns aceitam a legalização do aborto, não se opondo ao facto de uma mulher abortar seja em que circunstâncias for, outros são a favor em apenas alguns casos, como má formação do feto ou violação e ainda outros são a favor da sua total ilegalização. Em relação ao Chega, este defende o aborto apenas em certas circunstâncias.

Numa entrevista ao Jornal Sol, quando interrogado pelo jornalista sobre se caso fosse para o parlamento defenderia a revisão do aborto, Ventura respondeu que não. E quando interrogado sobre o porquê de não o fazer e se era a favor do aborto, respondeu que não era a favor do aborto eticamente e que não era capaz de permitir que em Portugal “haja um processo-crime contra uma mulher que abortou” (SOL, 2019).

Até ao momento em nenhum dos programas, manifestos, entrevistas e discursos se defendeu a total proibição do aborto como aconteceu na Polónia, mas também nunca se defendeu a sua total liberalização como acontece na Dinamarca e nos Países Baixos no caso do PVV. No manifesto do partido, o Chega diz recusar o “aborto-a-pedido”, ou seja, o aborto voluntário sem nenhuma razão em específico. Nas “100 medidas para reerguer Portugal”, a medida relativa ao aborto defende que isenções na saúde pública do aborto devem ser eliminadas e o aborto apenas deve ser permitido em casos de “violação, má formação ou outros que periguem a vida da mulher” (Chega, 2022). Esta medida vai de encontro ao que o VOX defende em relação ao aborto em Espanha. Nas 70 medidas o partido defende que “as mulheres com gravidez inesperada ou indesejada tenham informações, assistência e alternativas verdadeiras ao aborto” (Chega,2019). Uma dessas alternativas pode passar por entregar o bebé para adoção visto que também defende uma reforma nas

leis nacionais de adoção, sem contudo, explicar em que consiste essa mesma reforma. É de notar que não há uma referência acerca do tempo máximo para abortar como se verifica no PVV onde se discute se a mulher deve abortar no máximo com 18 ou 24 meses de gravidez.

3.3 A questão LGBTI

Tal como o Fidez na Hungria o Chega também quer proibir a “propaganda da agenda LGBTI no sistema de ensino português com o fim da aplicação das ideologias de género no sistema nacional de ensino” (Chega,2022). Qualquer “atividade com conteúdo de valores éticos, sociais, cívicos, morais, religiosos ou sexuais” (*Ibidem*) deve ser autorizada pelo encarregado de educação do aluno até ao Ensino Secundário. Esta medida apresentada no documento das “70 medidas para reerguer Portugal” e, posteriormente, no documento das “100 medidas” é equivalente à lei húngara de 2021 e russa de 2013 que proíbe a “propaganda LGBTI” junto dos mais jovens. No entanto, é de realçar que esta medida não se encontra associada a medidas de combate à pedofilia como aconteceu na Hungria. Após a aprovação da lei Húngara, o Chega propôs na Assembleia da República um voto de congratulação da mesma.

O reconhecimento de pessoas transsexuais também foi proibido na Hungria. Neste aspeto o Chega apenas aborda a questão das mudanças de sexo. O Estado não deve financiar as mudanças de sexo daqueles que o querem alterar. Se alguém quiser alterar o seu sexo, esse mesmo indivíduo terá que o fazer arcando ele com os custos. Se o Chega é a favor ou não do reconhecimento de pessoas transsexuais é uma questão em aberto, tendo em conta que nada foi encontrado sobre o assunto.

Nos países nórdicos os partidos populistas de direita radical parecem aceitar o casamento e adoção por parte de casais homossexuais, embora numa ótica de islamofobia. No leste Europeu tanto o casamento e a adoção, que outrora eram permitidos, passaram a ser de novo proibidos com a chegada ao

poder dos partidos de direita radical. No caso em concreto do casamento e da adoção o Chega tem uma posição relativamente diferente.

Na entrevista ao Sol, André Ventura disse que “o Chega não tem nenhum dos preconceitos que a extrema-direita tem em relação aos homossexuais” (SOL, 2019). Para Ventura a comunidade LGBTI “não levanta problemas de maior, não tem nenhum impacto negativo, pelo contrário” (*Ibidem*) a sua maioria encontra-se plenamente integrada. No seu discurso de abertura do VII Concelho Nacional afirmou que o Chega não é por definição contra a homossexualidade nem contra a comunidade LGBTI. Esta posição do partido não está associada à ótica de “islamofobia” que se verifica nos países nórdicos. O Chega é favorável que existam uniões entre casais do mesmo sexo, no entanto considera que deve haver uma distinção entre o matrimónio entre pessoas do mesmo sexo e o matrimónio comum que consiste na união entre um homem e uma mulher. Esta definição de casamento, uma união entre um homem e uma mulher, é partilhada com o seu congénere Húngaro que inclusive a introduziu na Constituição Húngara. Segundo Ventura, o casamento entre homossexuais deve ter outro enquadramento jurídico. Em alguns países da Europa os homossexuais podem casar, mas não adotar. Este facto leva a que Ventura considere que a união entre estes casais não seja um casamento, uma vez que a noção jurídica de casamento inclui uma noção de família.

Conclusões

Esta dissertação tem como principal objetivo aferir o modo como o partido populista de direita radical Chega encara e concebe a “ideologia de género”, nomeadamente a questão da igualdade de género e LGBTI.

Para tal começou-se por fazer uma distinção entre populismo de direita radical e populismo de extrema-direita. Apesar dos seus aspetos em comum, como o facto de considerarem as desigualdades como naturais, o modo como estas duas direitas encaram a democracia, o racismo, a xenofobia, a união europeia e o nacionalismo são diferentes. A direita radical aceita a existência de um regime democrático, defendendo práticas de democracia direta como os referendos. Para além disso, não dá tanta ênfase ao racismo como a extrema-direita. Em vez disso, ocupa-se a criticar certas etnias como os muçulmanos ou os ciganos, como acontece com o Chega em Portugal. Esta direita é também nacionalista, embora não tanto como a extrema-direita, uma vez que não é totalmente contra a ideia da União Europeia. Já a extrema-direita é mais radical por não aceitar a democracia, por ser mais racista e xenófoba e por ser mais nacionalista recusando por completo a existência da união europeia.

Após esta distinção procedeu-se a uma contextualização sobre a “ideologia do género” em si. Esta surge como forma de oposição por parte do Vaticano e grupos conservadores de direita aos Estudos ou Questões de Género e das políticas de igualdade de género, sendo descrita como um movimento pró-aborto e LGBT que ameaça as sociedades e que deve ser combatida em nome da defesa da família e do bem-estar das crianças. A oposição a esta “ideologia” levou ao surgimento do movimento anti-género que se apresenta como um movimento de defesa dos verdadeiros valores locais e das pessoas comuns. Este movimento é caracterizado através de três aspetos distintivos: a crença na lei natural, a dominação do ocidente por parte de autores como Marx, Engels, Simone de Beauvoir ou escolas de pensamento como a Escola de Frankfurt e uma visão alarmista da distribuição global do poder, onde a “ideologia de género” é vista como parte de uma conspiração internacional apoiada por organismos transnacionais e multimilionários e que pretende

enfraquecer as comunidades locais e os estados-nação. As principais preocupações deste movimento são o despovoamento, o fim do patriarcado e do poder dos homens. A família é a base da sociedade, as diferenças entre homens e mulheres naturais e complementares e o feminismo é encarado como uma forma de as mulheres se tornarem homens.

No populismo de direita radical a “ideologia de gênero” refere-se ao conceito científico e político de gênero com o objetivo de combater o “genderismo”. Os Estudos de Gênero e as políticas de igualdade de gênero são projetos concebidos por elites ou instituições feministas que perseguem os seus interesses e negligenciam as “mulheres nas ruas” e o reconhecimento da diversidade sexual é visto como uma ameaça para as crianças que são ameaçadas e assediadas por professores homossexuais. Segundo Cas Mudde, os partidos populistas de direita radical apresentam três pontos em comum no que diz respeito à ideologia de gênero: a equiparação da política feminina à política familiar, a defesa das "diferenças naturais" entre homens e mulheres e a ideia de que as mulheres devem ser protegidas e são essenciais para a sobrevivência da nação. O gênero é algo binário e natural e não é usado para explicar as diferenças entre homens e mulheres, mas sim como uma conspiração internacional comunista. O homem pertence ao sexo mais forte e é o principal sustento da família que protege a mulher vulnerável, cuja principal missão é ser mãe. As empresas multinacionais, organizações internacionais e personalidades conhecidas são acusadas de utilizar o gênero para promover o aborto, a decadência moral e o individualismo. Contudo, o gênero também é utilizado para justificar políticas anti-imigração comparando os direitos das mulheres a certas práticas culturais como a mutilação genital feminina, homicídios por honra, o uso de lenços de cabeça, casamentos forçados ou poligamia.

No que diz respeito às duas questões da “ideologia de gênero” (a questão da igualdade de gênero e a LGBTI) pode-se dizer que a primeira questão se divide na questão da família e do aborto enquanto que a segunda se divide na questão da propaganda, do casamento e da adoção por casais

homossexuais. Todos os partidos de direita radical se opõem, de um modo geral, à “ideologia de gênero”, no entanto existem algumas nuances no que toca ao modo de perspetivar estas duas questões.

Para alguns partidos de direita radical, principalmente os dos países nórdicos, a mulher e o homem são iguais tanto em questões de direitos como nas várias esferas sociais. A família nuclear (pai, mãe e filho) é considerada a base da sociedade e o Estado deve tomar medidas para a proteger. O aborto deve ser permitido, a mulher tem o poder sobre o seu próprio corpo, embora também existam alternativas. Já as questões LGBT o casamento e a adoção por parte de casais homossexuais devem ser permitidos assim como outros direitos referentes a comunidade LGBTI. No entanto, esta forma mais liberal de olhar para a sociedade vem sempre acompanhada de uma ótica de islamofobia, onde a igualdade de gênero e os direitos LGBTI são comparados a praticas culturais muçulmanas, como os casamentos precoces ou os crimes de honra. Outros partidos, como os do leste e sul da europa, são mais conservadores no que diz respeito a estas duas questões. Mulher e homem são dois seres iguais, pelo menos em termos de direitos. Já na esfera doméstica a mulher é vista como mãe e dona de casa, sendo essa a sua principal missão. A família nuclear também é a célula base da sociedade e o aborto apenas deve ser permitido em certas circunstâncias como má formação do feto, violação ou perigo para a mãe. O casamento e a adoção por casais homossexuais são ou devem ser proibidos bem como a “propaganda LGBTI” junto de menores de 18 anos. Nestes partidos a questão do Islão não se encontra muito presente na sua ideologia, podendo estes opor-se a outras minorias ou etnias, como os judeus.

Este trabalho tem sobretudo como principal objetivo contribuir para a produção de um maior conhecimento sobre a relação entre o gênero e os partidos populistas de direita radical, tendo como estudo de caso o partido português Chega. De modo a cumprir com tal objetivo foram feitas três perguntas no âmbito deste tema: uma principal (como é que o recém-criado partido populista de direita radical Chega perspetiva a chamada “ideologia de gênero”?) e duas secundárias (serão as suas ideias e propostas idênticas ou

semelhantes às dos outros partidos populistas de direita da Europa? Quais as ideias e propostas, do Chega que se coadunam com a concetualização e conclusões desenvolvidas acerca deste tema no âmbito de pesquisas que têm como objeto partidos congêneres de outros países, especialmente da Europa?). Foi feita uma análise quantitativa e qualitativa de programas, manifestos e documentos oficiais do Chega assim como de entrevistas, discursos e intervenções no parlamento por parte do seu líder desde a fundação do partido em 2019 até à atualidade.

Na análise quantitativa foi possível concluir que a questão da igualdade de género, nomeadamente no âmbito da família, é mais mencionada quando comparada com a “ideologia de género” em si e a questões LGBTI. O aborto é apenas mencionado quatro vezes e de forma pouco aprofundada. Já as referências à “ideologia de género” aparecem quase sempre acompanhadas por associações ao sistema de ensino. No caso das questões LGBTI, as mudanças de sexo e a legalização da adoção por parte de casais homossexuais são abordadas apenas uma vez no manifesto do partido e na entrevista dada por Ventura ao SOL, respetivamente. A “propaganda” LGBTI e o casamento entre pessoas do mesmo sexo são mencionados duas vezes.

Na análise qualitativa concluímos que o Chega apesar de ter alguns aspetos em comum com os seus congêneres europeus no modo de encarar a “ideologia de género”, nomeadamente na família, na questão LGBT diferencia-se dos mesmos. O Chega também pretende abolir a “ideologia de género” nos sistemas de ensino tendo deixado isso claro em algumas das fontes analisadas. Segundo este partido, o sistema de ensino encontra-se dominado pela ideologia de inclusão e de género que têm de ser eliminadas. Mas ao contrário do que sucede com o Lei e Justiça na Polónia que afirma que a igualdade de género já foi alcançada, o Chega não considera que em Portugal tal tenha acontecido propondo a criação de uma verdadeira lei de igualdade entre homens e mulheres. Porém, não especifica em que consiste essa mesma lei. A igualdade de género também não é vista como um valor ocidental e sob uma ótica de islamofobia, como acontece em alguns partidos dos países nórdicos que

associam a igualdade de género aos valores e à imigração muçulmana. Em relação ao papel da mulher na sociedade, não nos foi possível perceber se a sua visão se aproxima mais dos partidos populistas dos países nórdicos ou de leste. O Chega não especifica como vê o papel da mulher na sociedade, se é como mãe e principal responsável pelas tarefas domésticas ou como independente e livre de fazer as suas escolhas.

Ainda assim, a visão acerca da família do Chega é convergente com a dos seus congéneres europeus. Para o Chega a família é a célula base da sociedade que é responsável pela socialização e educação dos indivíduos. O direito a educar é um direito que deve pertencer à família e não ao estado, este apenas deve fornecer os meios necessários para tal. O partido defende que um conjunto de medidas de apoio às famílias, principalmente as numerosas, deve ser implementado. Segundo Ventura apoiar as famílias numerosas é um sinal de natalidade e de inverter o “inverno demográfico” que o país enfrenta atualmente. Para apoiar as famílias na sua plenitude o Chega propõe a criação de um ministério da Família, de modo a que a família se tornar de novo o centro da sociedade (tal visão é recorrente em diversas ideologias de direita do passado e do presente). O partido destaca ainda o conceito de família natural que consiste na relação íntima entre um homem e uma mulher com filhos. Esta definição é compatível com a definição de família dos outros partidos de direita radical como o Fidez na Hungria que inclusive a colocou na constituição.

Por fim, nas questões LGBT os discursos e entrevistas analisados mostram que o Chega não se parece opor à comunidade LGBTI, pelo contrário, segundo o partido, encontra-se plenamente integrada em Portugal. Contudo, também pretende proibir a “propaganda” LGBTI, requerendo a autorização dos encarregados de educação sempre que se vá abordar um assunto imbuído de valores éticos, morais, sexuais e religiosos. Quanto ao casamento gay e à adoção, no primeiro caso o Chega diz ser a favor do mesmo, embora tenha de ter uma designação diferente da que tem atualmente. Já no segundo caso, não existe uma posição definida sobre se casais homossexuais deveriam ou não

adotar crianças, uma vez que não existem estudos suficientes sobre os efeitos da adoção de crianças por parte destes casais.

Estas conclusões retiradas destes dois tipos de análise são assim a resposta à pergunta principal deste trabalho, permitindo-nos também responder às duas perguntas secundárias: serão as suas ideias e propostas idênticas ou semelhantes às dos outros partidos populistas de direita da Europa? Quais as ideias e propostas, do Chega que se coadunam com a conceitualização e conclusões desenvolvidas acerca deste tema no âmbito de pesquisas que têm como objeto partidos congéneres de outros países, especialmente da Europa?

Em relação à primeira questão é possível afirmar que as ideias do Chega sobre a família como célula base da sociedade e que é constituída por um pai, mãe e filhos vão de encontro também às ideias de outros partidos populistas de direita radical, sejam eles mais liberais ou conservadores. A perceção acerca do aborto é compatível com a ideia que os partidos do leste europeu defendem, nomeadamente, o Partido Lei e Justiça na Polónia e afasta-se da ideia defendida por partidos dos países nórdicos como o Partido Popular Dinamarquês que defende a sua total liberalização. O aborto pode ser permitido, embora e apenas em certas circunstâncias como perigo para a mãe, má formação do feto e violação. Noutros casos, como por exemplo, uma gravidez indesejada o aborto já não deve ser possível, havendo outras alternativas.

Contudo, é nas questões LGBT que, na nossa perspetiva, o Chega apresenta uma visão que se pode considerar única. Embora o partido defenda a proibição da “propaganda LGBTI” junto dos mais novos, como acontece na Polónia e na Hungria, este não defende a proibição do casamento entre casais do mesmo sexo, nem se diz ser contra a comunidade LGBTI. A defesa de uma designação diferente para o casamento entre casais homossexuais é o aspeto diferenciador no modo de ver as questões LGBTI, uma vez que se defende a sua proibição ou legalização numa ótica de islamofobia. O mesmo acontece na adoção por casais homossexuais onde não existe uma posição definida, o que

não vai de encontro à ideia que os casais homossexuais não devem adotar como acontece na Hungria e Polónia ou do contrário, como nos países baixos.

Quais as ideias e propostas do Chega que se coadunam com a concetualização e conclusões desenvolvidas acerca deste tema no âmbito de pesquisas que tem como objetivo partidos congéneres de outros países especialmente na europa?

Em relação à segunda pergunta de investigação secundária é de notar que até ao momento o número de estudos no âmbito deste tema é ainda reduzido. Dos estudos realizados no âmbito europeu é possível concluir que o modo do Chega ver a “ideologia de género” se aproxima dos seus congéneres. Esta deve ser erradicada e retirada dos sistemas de ensino para proteger os mais novos e a família tradicional.

A definição de família natural é comum a pelo menos todos os partidos referenciados neste trabalho. Já a perceção do aborto aproxima-se dos partidos mais conservadores do leste e sul europeu. No entanto, existem algumas especificidades e lacunas que não nos permitem ter uma noção total acerca do ponto em que o Chega se aproxima dos seus congéneres. A questão da divisão dos papéis da mulher e do homem no contexto doméstico não é de todo referida pelo Chega em nenhuma das fontes analisadas deste trabalho, o que torna difícil perceber se o partido se aproxima de uma visão mais conservadora como o Lei e Justiça na Polónia e o Fidez na Hungria ou se tem uma visão mais liberal como o PVV nos países baixos. Já no caso da igualdade de género e da questão LGBTI verifica-se aspetos que se podem considerar únicos por não irem de acordo com o que verificou ao nível dos outros partidos quer sejam mais conservadores ou liberais. Assim como a definição de família natural, a garantia que a igualdade de género existe no seu país é algo que caracteriza os partidos populistas de direita radical europeus. Contudo, de acordo com as análises realizadas, apesar de não ser muitas vezes referenciado, o Chega assume que em Portugal não há igualdade entre homens e mulheres propondo até uma nova lei para que tal aconteça, embora não especificando os contornos da lei. Por fim, na questão LGBTI não se verifica qualquer preconceito ou oposição em relação à

comunidade LGBTI ou ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, defendendo apenas que este deve ter outra designação jurídica. Tal contrasta com as medidas que têm vindo a ser tomadas em países como a Polónia e Hungria, os quais nos últimos anos proibiram o casamento e a adoção por pessoas do mesmo sexo ou a defesa dos direitos LGBTI numa ótica de islamofobia como acontece na Dinamarca e nos Países Baixos.

Assim sendo, podemos concluir que há ainda muito a descobrir sobre como o Chega concebe a “ideologia de género” e que essa descoberta poderá tornar-se mais fácil agora que o partido tem mais deputados na Assembleia da República. Este crescimento de deputados poderá levar a que o partido defina melhor a sua perspetiva e posição sobre a “ideologia de género”, bem como as questões a ela associadas.

Referências Bibliográficas

AMAYA, José Fernando Serrano (2019) - “Ideología de género”, populismo autoritario y políticas sexuales. *Nómadas*. Nº 50, P.155-173

AKKERMAN, Tjitske (2015) - Gender and the radical right in Western Europe: a comparative analysis of policy agendas. *Patterns of Prejudice*. Vol. 49, Nº1-2, p. 37-60

BETZ, Hans-Georg (1994) - *Radical Right- Wing Populism in Western Europe*. 1ªed. Londres: Macmillan Press.

BEYME, Klaus Von - *Rightwing Populism An Element of Neodemocracy*. 1ªed. Springer International Publishing.

BRONZE, Diogo - *Reflexões e Análises: Ideologia de Género*. Partido Chega. Disponível em: <https://partidochega.pt/ideologia-do-genero/>

BUTLER, Judith (2017) - *Problemas de Género: Feminismos e Subversão da identidade*. 1ªed. Lisboa: Orfeu Negro.

COFFÉ, Hilde (2018) - Gender and the radical right. In J. Rydgren (Ed.), *The Oxford Handbook of the Radical Right* Oxford University Press. p. 200-211.

COMISSÃO PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE DE GÉNERO (2013) - *Estratégias Internacionais para a Igualdade de Género: a Plataforma de Ação de Pequim (1995-2005)*. 2ª ed. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação e Ciência.

COPSEY, Nigel (2018) - The Radical Right and Fascism. In J. Rydgren (Ed.), *The Oxford Handbook of the Radical Right* Oxford University Press. p. 105-121

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, AGÊNCIA LUSA - 13 países da UE exigem que Comissão faça Hungria respeitar direitos LGBT. *Diário de Notícias*. [Em linha]. [Consult. 01/02/2022]. Disponível em: <https://www.dn.pt/internacional/13-paises-da-ue-exigem-que-comissao-faca-hungria-respeitar-direitos-lgbt-13862772.html>

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, REUTERS - "Zona livre de LGBT" na Polónia. Diário de Notícias. [Em linha]. [Consult. 01/02/2022]. Disponível em: <https://www.dn.pt/mundo/zona-livre-de-lgbt-na-polonia-11144251.html>

DIETZE, Gabriele, ROTH, Julia (2020) - Right Wing Populism and Gender: European Perspectives and Beyond. 1ªed. Gabriele Dietze and Julia Roth editions.

DIETZE, Gabriele, ROTH, Julia (2020) - Right-Wing Populism and Gender: A Preliminary Cartography of an Emergent Field of Research. Research Gate.

EURONEWS - Lei húngara sobre LGBT entra em vigor. Euronews. [Em linha]. [Consult.01/02/2022]. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2021/07/08/lei-hungara-sobre-lgbt-entra-em-vigor>

EURONEWS - As "zonas livres de LGBT" na Polónia. Euronews. [Em linha]. [Consult. 01/02/2022]. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2020/07/30/as-zonas-livres-de-lgbt-na-polonia>

GARRAIO, Júlia, TOLDY, Teresa (2020) - "IDEOLOGIA DE GÉNERO": ORIGEM E DISSEMINAÇÃO DE UM DISCURSO ANTIFEMINISTA. Mandrágora. Vol. 26, n. 1, p. 129-155

GOGGIOLI, Tommaso (2015) - POPULISMO IN PORTOGALLO? Dall'Estrema Destra a Madeira. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas: Universidade Nova de Lisboa. Tese de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais (especialização em Ciência Política)

GREVEN, Thomas (2016) - The Rise of Right-wing Populism in Europe and the United States: A Comparative Perspective. Berlim: Friedrich Ebert Stiftung.

GWIAZDA, Anna (2020) - Right-wing populism and feminist politics: The case of Law and Justice in Poland. International Political Science Review. (set. 2020), p. 1-16

HARTEVELD E., VAN DER BRUG W., DAHLBERG S., KOKKONEN A. (2015) - The gender gap in populist radical-right voting: examining the demand side in Western and Eastern Europe. *Patterns of Prejudice*, Vol. 49, N°: 1-2, p. 103-134

KOROLCZUK, Elzbieta, GRAFF, Agnieszka (2018) - Gender as “Ebola from Brussels”: The Anticolonial Frame and the Rise of Illiberal Populism. *Journal of Women in Culture and Society*, vol. 43, n°. 4, p.798-821

KOROLCZUK, Elzbieta (2017) - Towards An Illiberal Future: Anti-Genderism and Anti Globalization. *Global. Dialogue: Newsletter for the International Sociological Association*. Vol.7, N° 1, p. 27-30

KOVATS, Eszter, PŐIM, Maari (2015) - Gender as symbolic glue: THE POSITION AND ROLE OF CONSERVATIVE AND FAR RIGHT PARTIES IN THE ANTI-GENDER MOBILIZATIONS IN EUROPE. FEPS – Foundation for European Progressive Studies.

KROSKA, Amy (2000) - Conceptualizing and measuring gender ideology as a identity. *GENDER AND SOCIETY*. Vol. 14, N°3, p. 368-394

KURIAKOS TV - Isto é o povo a falar. Depois do amanhã. Entrevista a André Ventura. [Em Linha] [Consult. 03/04/2022]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BNCjOPxjBTQ&t=797s>

LANGE, Sarah L., MÜGGE, Liza M. (2015) - Gender and right-wing populism in the Low Countries: ideological variations across parties and time. *Patterns of Prejudice*, Vol.49, N°: 1-2, p. 61-80

MARCHI, Riccardo (2020) - A Nova Direita Anti- Sistema: o caso do Chega. 1ª ed. Lisboa: Edições 70.

MUDDE, Cas (2020) - O Regresso da Ultradireita: da Direita Radical à Direita Extremista. 1ªed. Lisboa: Editorial Presença.

MUDDE, Cas, KALTWASSER, Cristóbal Rovira - Populismo: uma brevíssima introdução. 1ª ed. Lisboa: Grávida.

MUDDE, Cas, KALTWASSER, Cristóbal Rovira (2015) - Vox populi or vox masculini? Populism and gender in Northern Europe and South America. Patterns of Prejudice. Vol. 49, N°:1-2, p. 16-36

MULLER, Jan- Werner (2017) - O que é o populismo? 1ª ed. Lisboa: Texto Editores.

Niels Spierings, Andrej Zaslove, Liza M. Mügge & Sarah L. de Lange (2015) - Gender and populist radical-right politics: an introduction. Patterns of Prejudice, ISSN 1461-7331, Vol.49, N°:1-2, p.3-15. DOI:10.1080/0031322X.2015.10236

OBSERVADOR - Além da Moção dos ovários que propostas foram a votos na convenção do Chega [Em linha] [Consult. 27 mai. 2021]. Disponível em: <https://observador.pt/especiais/alem-damocao-dos-ovarios-que-propostas-foram-a-votos-na-convencao-do-chega/>

OBSERVADOR - Um olhar exploratório sobre o Partido Chega. [EmLinha] [Consult. 10/10/2021]. Disponível em: <https://observador.pt/opiniao/um-olhar-exploratorio-sobre-o-partido-chega/>

OTTAVIANO, Cristiana (2017) - An attack called defence: the communication strategy of “gender opponents” in Italy. REM- Research on Education and Media. ISSN 2037-0830. Vol. 10, N°2, p. 3-9

PATERNOTTE, David, KUHAR, Roman (2018) - “Ideologia de gênero” em movimento. Psicologia Política. vol. 18. nº 43. pp. 503-523

Partido Chega - Chega avança para tribunais para suspender lei de igualdade de género [Em linha] [Consult. 27 mai. 2021]. Disponível em: <https://partidochega.pt/chegaavancaparatribunais-para-suspender-lei-de-igualdade-de-genero/>

Partido Chega - “Ideologia de género é um abuso sobre a identidade das crianças”, defende Ventura. [Em linha] [Consult. 27 mai. 2021]. Disponível em: <https://partidochega.pt/ideologiadegenero-e-um-abuso-sobre-a-identidade-das-criancas-defende-ventura/>

Partido Chega - Manifesto Político Fundador. [Em Linha] [Consult. 11/11/2021]. Disponível em: <https://partidochega.pt/manifesto/>

Partido Chega - Programa Político Chega. [Em Linha] [Consult. 11/11/2021]. Disponível em: <https://partidochega.pt/programa-politico-chega/>

Partido Chega - 70 Medidas para Reerguer Portugal. [Em Linha] [Consult. 11/11/2021]. Disponível em: <https://partidochega.pt/wp-content/uploads/2019/09/70-MEDIDAS-PARA-REERGUER-PORTUGAL-CHEGA.pdf>

Partido Chega - Programa Eleitoral Legislativas 2022. [Em Linha] [Consult. 11/11/2021]. Disponível em: <https://partidochega.pt/programa-eleitoral-legislativas-2022/>

Partido Chega - “100 medidas para Reerguer Portugal”. [Em Linha] [Consult. 11/11/2021]. Disponível em: https://partidochega.pt/wpcontent/uploads/2022/01/100-medidas.CHEGA_.pdf

Partido Chega - Manifesto para a Europa. [Em Linha] [Consult. 11/11/2021]. Disponível em: <https://partidochega.pt/manifesto-para-a-europa/>

PÚBLICO - Presidente polaco diz que defesa dos direitos LGBT é uma “ideologia” pior que o comunismo. Público. [Em linha]. [Consult.02/02/2022]. Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/06/14/mundo/noticia/presidente-polaco-defesa-direitos-lgbt-ideologia-pior-comunismo-1920521>

RAMALHO, Ana Catarina Silva Aguiar Martinha (2020) - Gender and sexualities in the European far-right political discourse. Lisboa: ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa. Tese de mestrado em Relações Internacionais

RASHKOVA, Ekaterina R. (2021) - Gender Politics and Radical Right Parties: An Examination of Women's Substantive Representation in Slovakia. East European Politics and Societies and Cultures. Vol. 35, N°:1, p. 69-88

RIBEIRO, João Ruela - Hungria proíbe divulgação de conteúdos sobre LGBT junto de menores de idade. Público. [Em linha]. [Consult. 01/02/2022]. Disponível em: <https://www.publico.pt/2021/06/15/mundo/noticia/hungria-proibe-divulgacao-conteudos-lgbt-junto-menores-idade-1966564>

ROSAS, Fernando (2021) - Quatro pontos sobre a Extrema Direita em Portugal in Novas e Velhas Extremas Direitas. 1ªed. Lisboa: Parsifal. p. 15-22

SHITRIT, Lihi-Ben, STRENGER, Julia Elad, HOEFLER, Sivian Hirsch (2021) - 'Pinkwashing' the radical-right: Gender and the mainstreaming of radical-right policies and actions. European Journal of Political Research. Vol.61, nº1, p. 86-110

SILVA, Duarte Domingos Pereira Da (2019) - O Populismo e as Redes Sociais: O Caso de André Ventura e a utilização do Facebook durante as Europeias de 2019. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa: Faculdade de Ciências Humanas. Tese de Mestrado em Ciências da Comunicação, variante em Media e Jornalismo.

SOL- Especial André Ventura: "Sou contra o aborto, mas nunca condenaria uma mulher que aborta". [Em linha]. [Consult. 02/02/2022]. Disponível em: <https://sol.sapo.pt/especiais/andre-ventura-sou-contra-o-aborto-mas-nunca-condenaria-uma-mulher-que-aborta/>

SPIERINGSA, Niels, ZASLOVEA, ANDREJ (2015) - Conclusion: dividing the populist radical right between 'liberal nativism' and traditional conceptions of gender, Patterns of Prejudice, Vol.49, N°:1-2, p. 163-173

STANLEY, Jason (2019) - Como Funciona o Fascismo: A Política do Nós e Eles. 1ª ed. Lisboa: Vogais. ISBN 978-989-668-496-9

SUARÉZ, Belén Fernández - Gender and Immigration in VOX: The Discourse of the Radical Right in Spain, Migraciones, Vol. 51, nº51, p. 241-268

VENTURA, André - Discurso de André Ventura na abertura do VII Conselho Nacional CHEGA. [Em linha]. [Consult. 03/04/2022]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=gXHZ1aPFX_s&t=2048s

VENTURA, André - Chega defende a liberdade de ensino! [Em linha]. [Consult. 03/04/2022]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HWrhNhSo7IY&t=4s>

Anexos

Anexo 1: Manifesto Político do Chega

Disponível em: <https://partidochega.pt/manifesto/>

O CHEGA proporá a proibição de práticas políticas e religiosas que ofendam o ordenamento jurídico português e a raiz cultural europeia (mormente, o anti-semitismo, as ideologias do género, a aplicação da Sharia, a excisão, os casamentos forçados de menores, a inibição da sua frequência da Escolaridade Mínima Obrigatória, o racismo de qualquer natureza, entre outras práticas vigentes – e impunes – em comunidades que, para além de tudo, ainda beneficiam de assistência do Estado, sem adimplemento das normas legais e gerais aplicáveis.

O CHEGA veio para recusar. Recusar muito daquilo que hoje é tido por padrão de normalidade. Recusar frontalmente o marxismo cultural e todo o seu cortejo de aberrações disformes e de realidades alternativas absurdas. Recusar a ditadura da Ideologia de Género; recusar o aborto-a-pedido ou as cirurgias de mudança de SEXO pagas pelos contribuintes. Recusar o apoio do Estado a toda a panóplia dos frutos do marxismo cultural Recusar as fronteiras escancaradas para que traficantes de carne humana não venham aqui despejar aquilo a que entre eles apelidam de “a mercadoria”. Finalmente o CHEGA não pede, nem jamais permitirá que alguém peça, desculpa pelo que fomos, pela nossa História, pela nossa maneira tão própria de estar no mundo e na vida.

Anexo 2: Manifesto para as Eleições Europeias de 2019

Disponível em: <https://partidochega.pt/manifesto-para-a-europa/>

Defender a Europa das nações será, inevitavelmente, defender uma Europa das famílias, essas unidades básicas e imprescindíveis à estrutura de uma nação saudável e aberta ao futuro. E porque assim o é, em Bruxelas lutaremos por leis e formas específicas de apoio à Família como tal, e isto quer no que respeita à família nuclear (pai, mãe e filhos) quer à família alargada (avós, pais e netos).

Defenderemos uma Europa que não fomente sistemas de educação politicamente comprometidos à Esquerda, e isto em todos os seus níveis. Exigiremos uma Europa cujas inúmeras instâncias burocráticas não se comportem como correias transmissoras do marxismo cultural, como árbitros abusivos do que é politicamente correcto ou incorrecto e como vias de propagação, para os diversos Estados Membros, da insuportável Ideologia de Género. Lutaremos, com todas as nossas forças, para que não ganhe raízes fundas esta actual tendência das instâncias da UE de activamente se comportarem como correias de transmissão do movimento globalista que hoje, e cada vez mais, se está a intentar impor aos povos e às nações, esbatendo a sua identidade e dissolvendo o seu sentimento de pertença. Temos de recuar anos para regressarmos àquela Europa a que aderimos, tão estruturalmente diferente daquela que hoje nos assombra. Por esse saudável recuo nos bateremos, sendo este mais um dos nossos indeclináveis compromissos.

Anexo 3: “70 medidas para reerguer Portugal”

Disponível em: <https://partidochega.pt/wp-content/uploads/2019/09/70-MEDIDAS-PARA-REERGUER-PORTUGAL-CHEGA.pdf>

Supressão da Lei da Paridade e de qualquer tipo de as políticas de quotas. Defendemos uma sociedade justa e não com base na discriminação, defendemos uma sociedade com base no mérito, onde os melhores não serão prejudicados pelos medíocres!

Aumento dos benefícios fiscais para famílias numerosas, medidas de apoio à natalidade. Estabelecimento de bonificações proporcionais ao número de membros da família em todos os tipos de bens de primeira necessidade, como eletricidade ou gás ou acesso a bens culturais.

Aumento faseado ao longo de 4 anos, das licenças de maternidade para os 3 anos, que seria estendida para mais um ano no caso de crianças com deficiência.

Revogação da Lei do Género e Igualdade, em alternativa a criação de uma verdadeira Lei da igualdade entre homens e mulheres! Obrigatoriedade de autorização expressa, individualmente, do encarregado de educação para qualquer atividade com conteúdo de valores éticos, sociais, cívicos, morais ou sexuais.

Reforma das leis nacionais de adoção. É também fundamental que as mulheres com gravidez inesperada ou indesejada tenham informações, assistência e alternativas verdadeiras.

Obrigatoriedade de autorização expressa, do encarregado de educação, para qualquer actividade com conteúdo de valores éticos, sociais, cívicos, morais, religiosos ou sexuais, para alunos até ao Ensino Secundário e a proibição da propaganda da agenda LGBTI no sistema de ensino com o fim da aplicação das ideologias de inclusão e ideologia de género no sistema nacional de educação.

Anexo 4: Programa Político 2021

Disponível em: <https://partidochega.pt/programa-politico-chega/>

Família. O CHEGA coloca a família no âmago da sua conceção de sociedade. É a célula base que garante a preservação, renovação e socialização da ordem moral e da cultura cívica, daí ser a família que prepara a estabilidade social e política, assim como a realização e prosperidade individual e coletiva.

Família natural. O CHEGA respeita outros modelos diferentes de partilha de vida comum, porém considera a família natural, baseada na relação íntima entre uma mulher e um homem, uma realidade psicossociológica e socioeconómica anterior ao Estado, historicamente estável e humanamente insubstituível. Nela é transmitida a vida e todo um conjunto de equilíbrios afetivos, emotivos e comportamentais, assim como de saberes, tradições e património que sustentam a dignidade e prosperidade dos indivíduos e dos povos.

MINISTÉRIO DA FAMÍLIA. Dado o recuo significativo da relevância social do papel da família nas décadas recentes dominadas pela ascendência do Estado sobre a Sociedade, e a fim de reequilibrar essa relação recentrando-a no inalienável papel da família, o CHEGA propõe a criação do Ministério da Família. Constitui função indeclinável do Estado recolocar a família, e o seu papel na educação dos filhos, no lugar central que é o seu.

AUTORIDADE PARENTAL. Prima inter pares das instituições, a família deve ter na autoridade dos pais sobre os filhos um referencial de disciplina, naturalmente conjugado com o sistema de valores e direitos fundamentais da sociedade.

NATALIDADE. O CHEGA procurará convergir com os países europeus no que reporta a prestações familiares, direitos laborais e demais benefícios e incentivos que promovam o aumento da natalidade, nos casos em que ambos os pais tenham naturalidade e nacionalidade portuguesas e sejam oficialmente residentes em Portugal.

Anexo 5: “100 medidas para reerguer Portugal”

Disponível em: https://partidochega.pt/wpcontent/uploads/2022/01/100-medidas.CHEGA_.pdf

7- Respeito pela livre formação intelectual de cada criança ou jovem português, consagrando a obrigatoriedade de autorização expressa, do seu respectivo encarregado de educação, para qualquer actividade com conteúdo de valores éticos, sociais, cívicos, morais, religiosos ou sexuais, para alunos até ao Ensino Secundário.

8 - Proibição da propaganda da agenda LGBTI no sistema de ensino português com o fim da aplicação das ideologias de inclusão e ideologia de género no sistema nacional de ensino.

9 - Defesa inequívoca da Família como célula originária e fundamental de toda a estrutura social portuguesa.

10 - Combate ao Inverno Demográfico português através de políticas de valorização e incentivo à natalidade.

11- Reforço dos apoios às famílias numerosas, devendo o Estado fortalecer e diversificar os benefícios fiscais que compreendam as respectivas bonificações em função do número de membros de cada família.

12 - Prosseguir políticas sociais de defesa das famílias numerosas que as protejam na factura de bens ou serviços de primeira necessidade como sendo a electricidade, o gás e o acesso a quaisquer bens de natureza cultural.

13 - Valorização do papel da maternidade e paternidade nas famílias portuguesas, garantindo o aumento faseado ao longo de 4 anos, das licenças de parentalidade, com prazos temporários mais dilatados, sobretudo quando estejam em causa crianças com deficiência e/ou necessidades especiais.

14 - Garantir a equidade dos abonos de família, permitindo em particular o seu aumento significativo para todas as situações em que se verifiquem critérios de extrema necessidade, devidamente comprovada após a fiscalização legalmente prevista, nomeadamente nos 1º, 2º, 3º e 4º escalões de rendimento até aos 16 anos.

15 - Promover o alargamento da base de beneficiários do abono de família pré-natal, garantindo uma majoração nunca inferior a 50% para o segundo filho e de 100% para terceiro e seguintes.

16 - Promover uma verdadeira igualdade social entre Mulher e Homem, fechando definitivamente a porta a todos os estigmas e dogmas ideológicos,

exponenciados nos últimos anos e que muito têm contribuído para conflitos de género, valorizando-se e respeitando-se a singularidade de cada ser humano e assumindo as naturais diferenças entre Mulher e Homem, não como uma fonte de problemas, mas como um riquíssimo universo de mais valias.

19 – Eliminação das isenções na saúde pública todos os actos médicos e cirúrgicos, como mudanças de sexo e aborto (excetuando casos de violação, má formação ou outros que periguem a vida da mulher).

30 – Promover legislação que garanta com efectividade o combate à violência doméstica, aumentando as molduras penais para este tipo de criminalidade e garantindo a efectiva protecção dos idosos, homens, mulheres e crianças.

31 – Obrigatoriedade de a vítima de violência interpessoal ser observada por enfermeiros forenses, para realização de exame forense, documentação de lesões, preservação e recolha de vestígios e encaminhamento, mantendo a cadeia de custódia da prova.

32 – Nos cenários mais graves, legislar no sentido de garantir às vítimas de violência doméstica a permissão de mudar de identidade e a criação de mecanismos legais para que possam beneficiar de perdões fiscais, sociais, bancários, entre outros, quando, em resultado destes crimes tiverem que abandonar as suas vidas profissionais e o cumprimento das suas obrigações cívicas – mormente, com períodos de carência em empréstimos bancários e outras, tendo visto a sua vida completamente destruída a vários níveis por esta realidade.

Anexo 6: Programa Legislativas 2022

Disponível em: <https://partidochega.pt/programa-eleitoral-legislativas-2022/>

A direita de direita combate a sobreposição abusiva do Estado sobre a Sociedade que remeteu Portugal para a cauda da Europa. Os laços familiares contam-se entre os mais sacrificados.

O CHEGA assume o dever histórico de reforçar a Sociedade na relação com o Estado cujo ponto de partida é a valorização da família, instituição primordial, nuclear e insubstituível no equilíbrio e realização de indivíduos, comunidades e povos.

O CHEGA propõe a criação do Ministério da Família para assegurar a reconstrução moral, cívica, cultural ou económica da família nas diversas áreas da governação – incluindo a promoção da natalidade, a liberdade da educação ou a proteção do património familiar – para que a instituição retome o lugar que é o seu.

O CHEGA filia-se ao ideal conservador dos portugueses, pelo que a sua ação incide na defesa da família natural, a «baseada na relação íntima entre uma mulher e um homem», sem desrespeitar outros modelos de vida em comum.

A Juventude CHEGA defende a despolitização dos conteúdos escolares, como o «multiculturalismo» ou a «ideologia de género», porque a dignificação da identidade dos jovens nasce de valores e conhecimentos filiados à herança intelectual da secular cultura portuguesa e milenar europeia, da afinidade a tradições e ao património natural e edificado do nosso país, e do respeito pelos símbolos e monumentos históricos nacionais.

Anexo 7: Discurso VII Concelho Nacional

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=gXHZ1aPfx_s&t=2047s

A família, tema fundamental para grande parte do partido e para a sociedade em geral (...) ponto 43 e 44 no nosso programa são um mero exemplo disso. Nós propomos a criação de um ministério da família, não por uma designação meramente simbólica, mas porque entendemos que faz falta em Portugal dar um sinal à família, dar um sinal de que a família é importante e que o estado deve sobretudo proteger a célula base da sociedade que é a família. Essa célula base da sociedade chama-se família, não se chama qualquer outra coisa, chama-se família e por isso é que nós defendemos que um ministério da família possa enquadrar, defender e promover medidas ativas não só de apoio à natalidade, como a proteção da família e dos rendimentos familiares dentro do próprio ministério da família. Alias é em paralelo aquilo que defendemos em relação à nossa política de comunidades, nós defendemos um ministério das comunidades precisamente para salvaguardar os nossos emigrantes, emigrantes que tiveram de partir para fora continuam a fazer parte desta nação que é Portugal e continuam a ter o nosso carinho, o nosso apoio porque nos preocupamos mesmo com eles. Ter um ministério da família é um sinal fundamental ao país e à União Europeia que aqui nos preocupamos com a família, que aqui não é palha ao gado, que aqui não há substitutos da família, a família é a família. Por isso mesmo, e vou dizer isto para que fique claro também, nós não temos nada contra que possam existir, coexistir outros modelos familiares, outros modelos de construção ou de..., mas não devemos ter dúvidas sobre o que é a família natural. E isto é um ponto onde o partido tem vacilado, nós não somos por definição contra a homossexualidade, não somos por definição contra as comunidades LGBTI, não somos por definição com estas comunidades. O que não temos é medo de defender que há um conceito de família natural que é anterior ao próprio conceito de Estado e que estado só o reconhece na (não percebo), reconhece.

Palmas.

De resto não é um conceito contra ninguém, nem contra nenhuma comunidade. É um conceito que reconhece o óbvio que há um conceito de família anterior ao próprio conceito jurídico-administrativo de Estado e é nesta formulação que nós aceitamos toda a nossa construção da política familiar portanto não é por

exclusão de comunidades, como referi, LGBTI ou contra casais homossexuais é reconhecer que não é a mesma coisa e por isso quando dizemos que não é a mesma coisa que nós sempre defendemos desde o início foi que nunca nos opusemos à regulação jurídica, por exemplo, patrimonial ou de efeitos de parentesco ou de regulação de herança de casais homossexuais. Mas não podemos equiparar estes casais ao conceito de família natural. ´

Palmas.

Anexo 8: Intervenção no Parlamento

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HWrhNhSo7IY>

Muito obrigado, Sr. Presidente! O Sr. Secretário de estado apresentou-se como uma descrição técnica daquilo que é um dos maiores falhanços do governo, mas também uma das maiores intoleráveis intromissões em matéria de ensino. O estado intromete-se naquilo que é uma das mais sagradas funções da família que é o ensino violando o próprio artigo da constituição que é a liberdade de aprender e ensinar. Mas é curioso que uma proposta de ensino do governo que supostamente iria salvaguardar a liberdade tenha como duas palavras mais repetidas monotorização e supervisão. Aquilo que não confiamos nas famílias para fazer porque queremos impor um modelo único de ensino aos nossos estudantes. Quantos estudantes estavam em ensino doméstico tiveram insucesso escolar? Quantos em Portugal? Porque ninguém sabe quantos são, mas sabemos uma coisa, são muito menos do que aqueles que estão na escola publica neste momento em Portugal. e era isso que o secretário de estado devia vir aqui dizer em vez de vir difamar o ensino doméstico e o ensino particular. (vou terminar sr. Presidente que sei que me vai chamar) Só para lhe perguntar o seguinte. Fala novamente na disciplina. Porque é que temos de impor aos nossos jovens a ideologia de género aquilo que estamos no resto do mundo a combater e estamos aqui a destruir tornando as crianças em objetos mercantilizados de supervisão mediática e supervisão cultural. Essa vossa proposta terá a nossa oposição e assim continuarem.

Anexo 9: Entrevista ao Jornal SOL

Disponível em: <https://sol.sapo.pt/especiais/andre-ventura-sou-contra-o-aborto-mas-nunca-condenaria-uma-mulher-que-aborta/>

Voltando à comparação com Bolsonaro, também tem algum problema com a homossexualidade?

Não, mas defendo que a figura do matrimónio aplicada a pessoas do mesmo sexo deve ser diferenciada da figura do matrimónio comum. Mas a comunidade gay tem todo o direito de viver em sociedade, em plena igualdade em relação aos outros. A comunidade homossexual não levanta problemas de maior, não tem nenhum impacto negativo, pelo contrário. Acho que estão bem integrados, na sua maioria. Para mim, há apenas uma questão jurídica a resolver. O Chega! não tem nenhum dos preconceitos que a extrema-direita tem em relação aos homossexuais.

Então acha que o casamento entre homossexuais devia ter outra designação jurídica?

Sim, acho que devia ter outro enquadramento jurídico. Nós hoje o que temos em muitos países na Europa é podem casar, mas não podem adotar. Então, não é casamento. A noção jurídica de casamento inclui uma noção de família. E o que temos no caso dos homossexuais é um mini casamento. Agora em Portugal já podem adotar, mas durante muito tempo não podiam.

Se for eleito para o Parlamento, vai defender a revisão do aborto?

Não, não vou.

Porquê? É a favor do aborto?

Não sou eticamente a favor do aborto. Mas se me perguntar se sou capaz de permitir que no meu país haja um processo crime contra uma mulher que abortou, não sou. Portanto, jamais pediria essa revisão.

Anexo 10: entrevista à Kuriakos TV

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BNCjOPxjBTQ>

Entrevistador: André Ventura, muito boa noite. Obrigado por estar aqui connosco. Isto realmente são 50 minutos onde vamos conversar com algumas das propostas que o Chega, que o Chega tem e vamos tentar analisar também essas propostas à luz daquilo que é a realidade portuguesa e daquilo que Portugal necessita. Olhando para o programa eleitoral vejo que o Chega aposta naquilo que é o voltar a colocar a família tradicional, por assim dizer, no centro da nossa sociedade, mas o André está a falar com um homem divorciado há 25 anos perfeitamente feliz e contente com a família que tem e isso significa que as outras famílias vão ser excluídas daquilo que é a análise que o Chega faz às famílias portuguesas?

André Ventura: Boa noite João, boa noite. Obrigado pelo convite e é com muito gosto que aceito vir aqui. Poder também com mais tempo do que infelizmente hoje em muitos meios existe para poder falar sobre propostas concretas e sobre ideias específicas. De facto, a família para nós é fundamental e há três motivos para isso: o primeiro prende-se com a própria instituição. A família é hoje uma instituição sob ataque no contexto europeu muitas vezes os dirigentes europeus, e aí a toda a união europeia, não querem proteger outras formas de família. Querem destruir a família tradicional e é esta inversão de lógica que nós essencialmente criticamos. A ideia de que para se proteger famílias de outro tipo, famílias diferentes daquilo que é o tipo tradicional tenha que se destruir a família tradicional. Nós queremos, nós continuamos a acreditar que a família central, nuclear, tradicional é constituída entre o homem e a mulher, mas isso não quer dizer que entendemos que deva ser absolutamente verdade qualquer forma de união, por exemplo, entre pessoas do mesmo sexo. O que dizemos é que tem de haver noção o que é o casamento, do que é a família e depois, no caso do João o divórcio, mas que não implica menos direitos, implica proteger o núcleo essencial da família. O que é que isto quer dizer? Quer dizer que tem de ser os pais e não as escolas a educar as crianças. Nós não podemos deixar, o estado tem que dar às crianças os mecanismos de sociedade, de educação, técnicos, científicos para se desenvolverem do ponto de vista da personalidade, do ponto de vista profissional etc. Mas a educação, os pais não podem perder esse direito. Do ponto de vista religioso, por exemplo, se não qualquer dia nós temos o estado que diz que laico e na religião não se pode tocar. Eu dou-te este exemplo João porque que eu tenho colocado tanto na questão de Deus? Porque eu acho importante no discurso público, alias como acontece em muitas democracias do mundo não é só na nossa. Mas na União Europeia foi-se perdendo a ideia de que se pode falar de Deus. Como na escola não se fala de Deus, no espaço público não se fala de Deus, nos grandes debates públicos não se fala de Deus. Para as nossas crianças crescem com a ideia de que Deus não é parte desse espaço público. É uma coisa privada cada um tem, quem não quer não tem e eu acho que é um bocadinho mais do que isso. Por isso, é que nós queremos devolver à família o modelo de família tradicional, mas a ideia de que a família tem de ter a autoridade e não as escolas. Segundo os direitos que

entendemos que a família tem de ter e os apoios só fazem sentido se colocarmos no centro da ação política. Se nós dissermos que a família é o centro da ação e é um centro, a célula básica da sociedade, muitos dos apoios que hoje damos para organizações, para instituições se calhar convém serem vocacionados para as famílias. Portanto, nesse sentido o nosso projeto político e orçamental é revolucionário porque vem inverter um pouco as prioridades.

Entrevistador: ou seja, mas não é a criação de um pilar que vai segregar outro tipo de família ou outro tipo de decisões.

André Ventura: não, evidentemente que não. Nós hoje temos muitas outras famílias e modelos de família que temos de atender. Temos que perceber também que a sociedade mudou e que não vivemos numa sociedade como há 50 anos atrás. Temos já outro tipo de relações jurídicas, mas não podemos deixar aquilo que é o núcleo central tradicional seja desprezado por causa disso. Se não daqui a pouco estamos como aqueles que acham que acham que não deve haver alguma coisa religiosa no espaço público querem acabar com a o Natal agora para não ofender os Muçulmanos, depois há-se de ser para não ofender os laicos, depois há-se de ser para não ofender os hindus. E nos vamos perdendo a nossa própria identidade. Basicamente (interrompido pelo entrevistador)

Entrevistador: o interessante é que apresenta aqui a proposta de um ministério da família

André Ventura: Era aí que eu ia agora. A grande novidade do nosso projeto é essa que o Chega vai propor um ministério da família de apoio às famílias também às famílias numerosas, mas não só que eu acho que estão muito desapoizadas em Portugal. E eu estou à vontade não tenho filhos e estou à vontade para falar sobre isso. Acho que defender as famílias numerosas hoje é um sinal á natalidade e é um sinal que é importante reverter a regressão demográfica em que Portugal tem vivido, mas sobretudo tem uma natureza simbólica. Olhe é um por equiparável ao que nos defendemos em haver um ministério das comunidades e não uma secretaria de estado. Isso não serve para nada, serve para mostrar que nos importamos com os nossos emigrantes e neste caso serve para mostrar que nos importamos com as famílias. Portanto, devolver a autoridade às famílias, proteger a família, canalizar mais apoios para a família em vez para as instituições, muitas vezes sabemos que esse dinheiro que chega ás instituições nunca chega verdadeiramente ás famílias.